ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

ATA N° 010 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO JOSÉ RIVA
1° SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
2° SECRETÁRIO - DEPUTADO MANOEL DO PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE - De conformidade com o nosso Regimento Interno, e havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito do Sr. 2° Secretário para que proceda à leitura da Ata.

(O SR. 2° SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 11:40 HORAS)

O SR. 2° SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Convido o Deputado Benedito Pinto para assumir a 1ª Secretaria e proceder à leitura do Expediente.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A 1ª SECRETARIA)

O SR. 1° SECRETÁRIO - "Ofícios n° 084 e 097/97, do INTERMAT, encaminhando processos de regularização dos seguintes interessados: Divino Reis Freitas, Celso Martins Duarte e Dijanira Martins Duarte; Alfredo Lorenzson, Aldino Vendramin e Benedecito Joaquim de Lima."

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar uma Indicação e um Projeto de Lei de nossa autoria:

1ª)INDICAÇÃO: Indica à Mesa na Resolução n° 18/91, de 08/05/91, ouvido o soberano Plenário deste Poder Legislativo, para que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm° Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exm° Sr. Secretário de Segurança Pública, da necessidade de implantação da delegacia regional de Polícia Civil, no Município de Colíder.

JUSTIFICATIVA

A segurança é uma das prioridades do nosso atual Governo. Portanto, a implantação da solicitada delegacia regional de polícia civil, no Município de Colíder, vem ao encontro das nossas aspirações e as dos munícipes do Norte Mato-grossense.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

A Comarca de Colíder é composta de aproximadamente cento e vinte mil habitantes, compreendendo-se os Municípios de Colíder (sede), Itaúba, Marcelândia, Terra Nova do Norte e Nova Guarita, valendo salientar que a cidade de Colíder, encontra-se localizada quase que no centro das cidades acima citadas.

Diante da constatação do crescimento desenfreado da criminalidade, conclamamos o apoio de V. Ex^a, do Sr. Governador, bem como dos demais Pares desta Casa.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

2º) PROJETO DE LEI:

Declara de utilidade pública a Associação Lar do Idoso “Amor e Fraternidade”, no Município de Peixoto de Azevedo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual aprova e o Governador sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada como entidade de utilidade pública a Associação Lar do Idoso “Amor e Fraternidade”, com sede no Município de Peixoto de Azevedo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

JUSTIFICATIVA

A Associação Lar do Idoso Amor e Fraternidade, fundada aos vinte e oito dias do mês de outubro de hum mil novecentos e noventa e três, no Município de Peixoto de Azevedo, situada à Rua Teotônio Vilela S/nº., inscrita no CGC sob nº 00.580.013/001-87, é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e com os seguintes objetivos:

a) amparar integralmente as pessoas de terceira idade que estejam em situações de abandono, ou que já não podem manter por si só, oferecendo-lhes: alimentação, assistência à saúde, boa convivência, terapia ocupacional e lazer;

b) defender seus direitos de cidadania, bem como, zelar pelos interesses referentes às leis e à sociedade de um modo geral;

c) manter articulação com todos os órgãos assistenciais públicos e efetuar os devidos encaminhamentos, tais como: consultas, internações, aposentadorias, etc.

d) desempenhar serviços de cadastro e arquivo de leis, decretos e portarias que sejam de interesse da Associação.

A referida Associação está em plena atividade, desde a sua fundação, até a presente data, conforme documentação anexa, que comprova também a legalidade da mesma.

É uma entidade que preenche os pressupostos legais, destarte, é justo e merecido o presente pedido de reconhecimento de utilidade pública, que irá certamente facilitar a referida, na obtenção de recursos públicos, e conseqüentemente no melhor cumprimento das finalidades estatutárias.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Desta forma, este Parlamentar espera merecer a atenção especial dos Senhores Deputados na aprovação unânime.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar duas emendas e um requerimento de nossa autoria.

1) EMENDA MODIFICATIVA:

Emenda Modificativa à Mensagem n^o
30/96, de autoria do Poder Executivo.

Modifica-se o valor fixado em despesas corrente - pessoal e encargos sociais de R\$ 698.891.785,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), pelo valor de R\$ 43.469.964,00 (quarenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais), totalizando o montante de R\$ 742.361.749,00 (setecentos e quarenta e dois milhões, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e nove reais), com destinação específica de realinhamento de Tabelas Salariais dos Servidores Públicos.

Origem dos recursos

Fonte 100	~	Recursos Ordinários do Tesouro	
Amortização da Dívida Interna (60%)			R\$ 25.194.792,00
Divulgação Oficial (30%)			R\$ 3.897.864,00
Informática (25%)			R\$ 1.362.936,00
Outros Custeios (20%)			R\$ 13.014.372,00

Adita-se na Secretaria de Estado de Administração , em 0307021... o valor acima, com objetivo de promover o realinhamento das Tabelas Salariais dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

Atender dispositivo da Constituição Estadual, previsto no Parágrafo único do Art. 146 que estabelece: “A relação entre a maior e a menor remuneração prevista neste artigo, será revista trienalmente, até chegar a 8 vezes”, c/c o Inciso III do Art. 37 das Disposições Transitórias do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997

Deputada SERYS SLHESSARENKO

Deputada ZILDA

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

Deputado QUINCA DOS SANTOS

Deputado ELIENE

2) EMENDA ADITIVA:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Emenda Aditiva à Mensagem nº 30/96,
de autoria do Poder Executivo.

Adita-se ao Artigo 5º do Projeto de Lei que estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1997, o parágrafo único com a seguinte redação:

“Parágrafo único O excedente da Arrecadação Tributária que se verificar no exercício e com base em reestimativa feita a partir do primeiro trimestre de 1997, será destinada, especificamente, para realinhamento das Tabelas Salariais dos Servidores Públicos, a partir do mês de maio de 1997, obedecendo o limite mínimo de 60% desse excedente”.

JUSTIFICATIVA

Atender dispositivo da Constituição Estadual, previsto no Parágrafo único do Art. 46, que estabelece: “A relação entre a maior e a menor remuneração prevista neste artigo, será revista trienalmente, até chegar a 8 vezes”, c/c o inciso III do Art. 37 das Disposições Transitórias do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997

Deputada SERYS SLHESSARENKO

Deputada ZILDA

Deputado PAULO MOURA

Deputado ELIENE

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

Deputado MOISÉS FELTRIN

Deputado EMANUEL PINHEIRO

REQUERIMENTO: Nos termos do Regimento Interno, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que determine a convocação de Sessão Especial para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 03 de março de 1997.

Esta Sessão, a ser realizada no plenário desta Casa, deverá ter a participação do conjunto dos Srs. Deputados, devendo, também, serem convidados a participar e a se pronunciar representações do movimento feminista, do movimento dos direitos humanos, do movimento comunitário e demais entidades da sociedade civil que se interessarem em contribuir para a proteção das lutas e da organização das mulheres neste Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

O Dia Internacional da Mulher é uma data hoje comemorada em todas as partes do mundo moderno, visando destacar a importância da participação das mulheres na construção e no processo de sustentação da vida.

Como nos anos anteriores e, certamente nos anos vindouros, sempre se fará necessário e de fundamental importância que o Poder Legislativo de Mato Grosso se organize e se mobilize para essa comemoração, reunindo em Sessão Especial, não apenas os seus membros, como também articulando em torno de si representações da sociedade civil que se preocupam com as questões atinentes às mulheres.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Esta é uma comemoração que não se restringe, como pretendem alguns, apenas ao seu caráter festivo, mas abre, também, a oportunidade de reflexão para o nosso Parlamento e para a nossa sociedade, sobre as injustiças que constroem, ainda hoje, a maioria das mulheres brasileiras. A discriminação é de gênero sim, além de ser de classe. Acreditamos, por essas razões, que a convocação desta Sessão Especial é de fundamental importância e que com ela o Poder Legislativo de Mato Grosso - esperamos que com a presença da totalidade de seus membros - possa demonstrar interesse em estreitar seu compromisso com os setores mais sacrificados do povo deste Estado e deste País.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT.

Eu pediria, inclusive, Sr. Presidente, a assinatura dos demais Parlamentares.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de verificar a possibilidade da realização dessa Sessão, porque a solicitação veio de um grupo de mulheres que está organizando o que está sendo chamado da Semana Internacional da Mulher. O Dia Internacional da Mulher é no dia 08 de março, mas as comemorações iniciarão no dia 03 de março. E há uma solicitação da comissão organizadora para que se iniciem as comemorações... Eu estou pedindo ao Sr. Presidente a verificação dessa possibilidade, para que se iniciem as comemorações do Dia Internacional da Mulher pela Assembléia Legislativa com essa Sessão Especial no dia 03 de março, que será na próxima segunda-feira.

Peço aos Srs. Parlamentares que estudem essa possibilidade, pois é uma solicitação de um grupo de mulheres. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, para apresentar várias proposições:

INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Justiça e Cidadania, a necessidade da reestruturação da Coordenadoria Geral de Perícias e Identificações no Estado de Mato Grosso.

Com fundamento na Resolução n^o 18/91, de 08/05/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Justiça e Cidadania, a necessidade da reestruturação da Coordenadoria Geral de Perícias e Identificações no Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

A presente expediente indicatório justifica-se pelo Estado de abandono e a falta de condições de trabalho que se encontram a Coordenadoria Geral de Perícias e Identificações.

À revelia da competência e disposição do Coordenador Geral que se esforça em arrumar a casa, as condições de trabalho dos peritos, técnicos e funcionários é simplesmente lamentável quando há deficiência crítica de recursos humanos, falta de veículos e infra-estrutura dos prédios totalmente deteriorada.

Ainda mais agora, Sr. Presidente, que o DETRAN virou o maior posto de arrecadação deste Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Então, as balanças eletrônicas com todo tipo de artimanha para tomar dinheiro do contribuinte.

...São comuns as cenas de revolta da população, questionando, por exemplo, a demora na remoção dos cadáveres por parte do IML...

Outro dia assistimos aqui a uma entrevista do Chefe do IML lastimando pelas condições daquele Instituto.

Não sabe a opinião pública que o IML só possui dois “rabcões” velhos...

“Rabcão” é aquele carrão de carregar defunto.

...Não sabe a opinião pública que a Coordenadoria dispõe somente de nove peritos, quando seriam necessários pelo menos cinquenta, só para a Capital.

Não é do conhecimento geral as péssimas condições de trabalho no prédio do IML, onde o forro está desabando, as paredes rachadas, a pintura descascando, goteiras e infiltrações em todos os cantos.

Assim sendo, faz-se necessária a urgente interferência das autoridades superiores competentes, para que tal quadro possa ser revestido e os funcionários da Coordenadoria Geral de Perícias e Identificações possam ter as condições de trabalho compatíveis com a expectativa que a população guarda quanto aos serviços que lhe são oferecidos.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO: Com fundamento no disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido soberano Plenário, para que encaminhe aos jornalistas Carlos Eduardo Dorileo Carvalho e Diélcio Moreira, respectivamente, Superintendente do Grupo Gazeta de Comunicação e Diretor-geral da TV Gazeta, uma Moção de Congratulações, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, vem congratular-se com a direção e funcionários do Grupo Gazeta de Comunicações face à assinatura do contrato TV DIGITAL VIA SATÉLITE, entre essa conceituada empresa de comunicações e a EMBRATEL.

Tal fato configura-se como um marco no processo de integração do nosso Estado, caracterizando a ampla visão de futuro, capacidade gerencial e fé no desenvolvimento de Mato Grosso que são marcas indelévels do Grupo Gazeta.

O arrojo e a determinação são sinais que determinam a trajetória dos vitoriosos. A todos que trabalham e contribuem para o crescimento do Grupo Gazeta nossos parabéns e votos de sucesso e plena realização.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO-PFL”.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, a Deputada Zilda.

A SR^a ZILDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar proposições de nossa autoria:

1^a) EMENDA MODIFICATIVA:

**Emenda Modificativa ao Projeto de Lei
nº 206/96, Mensagem nº 30/96, de
autoria do Poder Executivo.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Aloca-se a importância de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) no Orçamento, código 137644910800000 - Cia de Saneamento do Estado de Mato Grosso, SANEMAT, destinada à construção de uma (01) unidade de estação de tratamento de esgoto, no Bairro Cristo Rei, em Várzea Grande.

Fica deduzida a mesma importância da rubrica 137644910800000, constante da Cia. de Saneamento do Estado de Mato Grosso - SANEMAT.

JUSTIFICATIVA

A proposição da presente Emenda é uma reivindicação antiga da comunidade do Bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, que seria beneficiada com a construção dessa estação de tratamento de esgoto. É uma aspiração antiga desse próspero bairro, que tem na sua comunidade cidadãos comuns e famílias inteiras que trabalham pela sua sobrevivência, contribuindo sobremaneira para o progresso de Várzea Grande, razões por si só ensejadoras para a fiel e pacífica tramitação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputada ZILDA - PDT.

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT, a necessidade da extensão de rede de água nos Bairros Santa Cruz e Ambiental, no Município de Acorizal.

Amparada no que estabelece o Art. 239, alínea “g” do Regimento Interno desta Casa, solicito à Mesa Diretora deste Poder o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa alertar o Executivo Estadual, através da SANEMAT, sobre a premente necessidade dos bairros Ambiental e Santa Cruz, no Município de Acorizal, a serem beneficiados com o fornecimento de água, um direito certo e constitucionalmente garantido. É uma aspiração antiga desses prósperos bairros que têm na sua comunidade cidadãos comuns e famílias inteiras que trabalham de sol a sol pela sua sobrevivência, contribuindo sobremaneira para o progresso de Acorizal, razões por si só ensejadoras para a fiel e pacífica tramitação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputada ZILDA - PDT.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, nobres Pares, para apresentar duas Indicações de nossa autoria:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade da reativação do mecanismo de repasse de recursos para as escolas públicas em Mato Grosso.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

de Mato Grosso, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade da reativação do mecanismo de repasse de recursos para as escolas públicas em Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

O repasse de recursos para a manutenção das escolas públicas em Mato Grosso é algo que tem sido desejado por todos.

Infelizmente, o mecanismo fora interrompido e as escolas estão aguardando a sua reativação.

Portanto, a necessidade emergencial, hoje, é que as unidades escolares voltem a receber os seus recursos pelo menos bimestralmente, proporcional ao número de alunos, da forma como era feito em 1995.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando a sua aprovação pelos nobres Pares e atendimento pelo Governo.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado ELIENE - LÍDER DO PSB

2^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia ao Ilm^o Sr. Presidente da CEMAT, a urgente necessidade da conclusão da rede elétrica no Jardim Passaredo.

Com fulcro na Resolução n^o 18/91, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, com cópia ao Ilm^o Sr. Presidente da CEMAT, mostrando a urgente necessidade da conclusão da rede elétrica no Jardim Passaredo.

JUSTIFICATIVA

A comunidade do Jardim Passaredo encontra-se, até hoje, desprovida de energia elétrica, o que vem acarretar uma série de outras dificuldades e prejuízos.

O sistema de iluminação utilizado tem sido ainda a de velas, lamparinas e lampiões.

As 600 (seiscentas) famílias residentes na localidade vêm reivindicando o benefício às autoridades competentes que ainda não se manifestaram favoravelmente.

A indiferença diante do caso, levou a comunidade, via mutirão, a iniciar a instalação da rede, faltando agora, simplesmente 815 kg de cabo para concluir o trabalho.

Nesse sentido, vejo que seria procedente a CEMAT dar o apoio necessário à população do Jardim Passaredo, que já arregaçou as mangas, junto à Associação de Moradores, para resolver o problema.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado ELIENE - LÍDER DO PSB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado José Lacerda.

O SR. JOSÉ LACERDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar várias indicações de nossa autoria ao Governo do Estado:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “São Francisco”, Município de Jaciara, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “São Francisco”, Município de Jaciara, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal, não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Jaciara devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “São Francisco” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “José Bejo”, Município de Glória d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “José Bejo”, Município de Glória d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Glória d'Oeste devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. "José Bejo" no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

3ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. "Osvaldo Cândido Pereira", Município de Paranatinga, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. "Osvaldo Cândido Pereira", Município de Paranatinga, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Paranatinga devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. "Osvaldo Cândido Pereira" no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

4ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Rosmay Kara José”, Município de Novo Horizonte do Norte, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Rosmay Kara José”, Município de Novo Horizonte do Norte, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Novo Horizonte do Norte devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Rosmay Kara José” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

5ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “13 de Maio”, Município de Sorriso, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “13 de Maio”, Município de Sorriso, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Sorriso devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “13 de Maio” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

6ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “José de Lima Barros”, Município de Nossa Senhora do Livramento, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “José de Lima Barros”, Município de Nossa Senhora do Livramento, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Nossa Senhora do Livramento devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “José de Lima Barros” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

7ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “João Paulo II”, Município de Paranaíta, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “João Paulo II”, Município de Paranaíta, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Paranaíta devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “João Paulo II” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

8ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “29 de Julho”, Município de Confresa, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “29 de Julho”, Município de Confresa, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Confresa devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “29 de Julho” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

9ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Profª Idalina de Farias”, Município de Nortelândia, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Profª Idalina de Farias”, Município de Nortelândia, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Nortelândia devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Profª Idalina de Farias” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

10ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Barão do Rio Branco”, Município de Poxoréo, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Barão do Rio Branco”, Município de Poxoréo, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Poxoréo devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “Barão do Rio Branco” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

11ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Dep. Djalma Carneiro da Rocha”, Município de Comodoro, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Dep. Djalma Carneiro da Rocha”, Município de Comodoro, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Comodoro devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Dep. Djalma Carneiro da Rocha” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

12^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Joaquim Correia de Paiva”, Município de São José dos Quatro Marcos, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Joaquim Correia de Paiva”, Município de São José dos Quatro Marcos, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de São José dos Quatro Marcos devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “Joaquim Correia de Paiva” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aproveamos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

13ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Deputado Francisco Vilanova”, Município de Salto do Céu, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Deputado Francisco Vilanova”, Município de Salto do Céu, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Salto do Céu devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Deputado Francisco Vilanova” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aproveamos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

14ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Senador Mário Motta”, Município de Arenápolis, no Projeto Centro-Oeste.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Senador Mário Motta”, Município de Arenópolis, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Arenópolis devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Senador Mário Motta” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

15ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Barão de Melgaço”, Município de Figueirópolis d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Barão de Melgaço”, Município de Figueirópolis d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

A modernidade e a nova geração de Figueirópolis d'Oeste devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Barão de Melgaço” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

16ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Verena Leite de Brito”, Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Verena Leite de Brito”, Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Vila Bela da Santíssima Trindade devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Verena Leite de Brito” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

16ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “José Gentil da Silva”, Município de Figueirópolis d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “José Gentil da Silva”, Município de Figueirópolis d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Figueirópolis d’Oeste devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “José Gentil da Silva” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

17ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “José Alves Bezerra”, Município de Porto dos Gaúchos, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “José Alves Bezerra”, Município de Porto dos Gaúchos, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Porto dos Gaúchos devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “José Alves Bezerra” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

18ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Profª Olegair Ilda Tramarim de Oliveira”, Município de Salto do Céu, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.S.G. “Profª Olegair Ilda Tramarim de oliveira”, Município de Salto do Céu, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Salto do Céu devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.S.G. “Profª Olegair Ilda Tramarim de Oliveira” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

19ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Profª Maria Helena de Araújo Bastos”, Município de Poconé, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Profª Maria Helena de Araújo Bastos”, Município de Poconé, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Poconé devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “Profª Maria Helena de Araújo Bastos” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

20ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. Evangélica “Assembléia de Deus”, Município de Barra do Bugres, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. Evangélica “Assembléia de Deus”, Município de Barra do Bugres, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Barra do Bugres devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. Evangélica “Assembléia de Deus” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

21^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Irene Ortega”, Município de Mirassol d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Irene Ortega”, Município de Mirassol d’Oeste, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Mirassol d’Oeste devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Com a inclusão da E.E.P.G. “Irene Ortega” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

22ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “15 de Junho”, Município de São José dos Quatro Marcos, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “15 de Junho”, Município de São José dos Quatro Marcos, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de São José dos Quatro Marcos devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “15 de Junho” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

23ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. Rotariana “Dr. J. Monteiro da Silva”, Município de Cáceres, no Projeto Centro-Oeste.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. Rotariana “Dr. J. Monteiro da Silva”, Município de Cáceres, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Cáceres devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. Rotariana “Dr. J. Monteiro da Silva” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

24ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Lourenço Peruchi”, Município de São José dos Quatro Marcos, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Lourenço Peruchi”, Município de São José dos Quatro Marcos, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

A modernidade e a nova geração de São José dos Quatro Marcos devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “Lourenço Peruchi” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

25ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Alexandre Gomes Silva Chaves”, Município de Alto Araguaia, no Projeto Centro-Oeste.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de inclusão da E.E.P.G. “Alexandre Gomes Silva Chaves”, Município de Alto Araguaia, no Projeto Centro-Oeste.

JUSTIFICATIVA

Investir na Educação torna-se primordial para a preparação das crianças e jovens, tanto para a formação da cidadania como também para dar bases na preparação para a vida.

Hoje, com a globalização de mercado, a qualidade e capacitação são elementos essenciais para o mercado de trabalho. Para uma Educação ideal não basta apenas criar escolas, mas dotá-las de material didático e condições estruturais para fortalecer o ensino-aprendizagem.

A modernidade e a nova geração de Alto Araguaia devem ser estimuladas no ensino-aprendizagem com meios didáticos, audiovisuais e instalações que permitam o máximo desenvolvimento da capacidade social e cultural de suas crianças e jovens.

Com a inclusão da E.E.P.G. “Alexandre Gomes Silva Chaves” no Projeto Centro-Oeste, as aspirações da comunidade, no tocante à questão educacional, terão, certamente, reais condições de concretizarem.

Cientes, portanto, da importância deste expediente indicatório para a área educacional desse município, conclamamos a todos os ilustres Pares para que, com o imprescindível apoio de todos, aprovemos esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

26ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

a necessidade de recuperação da Rodovia MT-235, no trecho Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de recuperação da Rodovia MT-235, no trecho Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

27ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da restauração da Rodovia MT-338, trecho Jauru a Chapado dos Parecis.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da restauração da Rodovia MT-338, trecho Jauru a Chapadão dos Parecis.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

28ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-247, no trecho entre os Municípios de Jauru e Pontes e Lacerda.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica MT-247, no trecho entre os Municípios de Jauru e Pontes e Lacerda.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

29ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-175, no trecho do entroncamento com a BR-174 até o Distrito de Horizonte d'Oeste, Município de Cáceres.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica MT-175, no trecho do entroncamento com a BR-174 até o Distrito de Horizonte d'Oeste, Município de Cáceres.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

30ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de conclusão de pavimentação asfáltica da MT-246, no trecho do entre os Municípios de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de conclusão de pavimentação asfáltica da MT-246, no trecho do entre os Municípios de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

31^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-434, no trecho do entre os Municípios de Reserva do Cabaçal e Rio Branco.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-434, no trecho do entre os Municípios de Reserva do Cabaçal e Rio Branco.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

32^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-475, no trecho do entre o Município de Glória d'Oeste até o entroncamento com a BR-174 - Tabuleira.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-475, no trecho do entre o Município de Glória d'Oeste até o entroncamento com a BR-174 - Tabuleira.

JUSTIFICATIVA

Para um Estado com as dimensões territoriais do nosso, questões que envolvem TRANSPORTES são sempre preocupações principais dos representantes do povo. Isto, aliado ao fato de Mato Grosso ter recebido, nos últimos anos, uma corrente migratória intensa, significa aumento de produção e abertura de novas fronteiras. Natural, portanto, que iniciativas para adequar as transações comerciais e o transportes da produção tenham a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

ampla acolhida dos governantes, com vistas a garantir a continuidade desse processo de desenvolvimento.

É importante também salientar que essa região se caracteriza por terras férteis, com resultados expressivos de suas safras agrícolas de anos anteriores e que não podem mais sofrer prejuízos por dificuldades no transporte da produção.

Desta maneira, para manifestar a nossa imprescindível contribuição para a concretização da obra aludida, contamos com o apoio de todos os Srs. Deputados para que o presente alcance o êxito pretendido: a aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

33ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, a necessidade de construção Postos de Saúde em comunidades rurais do Município de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de construção Postos de Saúde em comunidades rurais do Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Município componente da Região da Grande Cáceres, Porto Esperidião vem, há muito tempo, chamando a atenção dos mato-grossenses e de pessoas dos mais diversos lugares que para lá se mudam em busca de melhores dias a partir do trabalho em suas terras férteis e do comércio, um dos setores atuantes do Município.

Cabe, então, ao Estado fazer-se presente, realizando obras que permitam a Porto Esperidião oferecer melhores condições de vida para seus habitantes. A população do Município constatou a necessidade da construção de Postos de Saúde na zona rural do Município, pois muitas vezes existem dificuldades de locomoção dos moradores até a cidade, também, com isso, poderá se fazer o atendimento mais perto da população, tornando mais eficiente a medicina preventiva.

Certos da importância do tema, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados para aprovarem esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

34ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, a necessidade de implantação de um sistema de drenagem de águas pluviais com 2.500 metros na rede no Município de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Secretário de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de implantação de um sistema de drenagem de águas pluviais com 2.500 metros de rede no município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Município componente da Região da Grande Cáceres, Porto Esperidião vem, há muito tempo, chamando a atenção dos mato-grossenses e de pessoas dos mais diversos lugares que para lá se mudam em busca de melhores dias a partir do trabalho em suas terras férteis e do comércio, um dos setores atuantes do Município.

Cabe, então, ao Estado fazer-se presente, realizando obras que permitam a Porto Esperidião oferecer melhores condições de vida para seus habitantes. A população do Município constatou a necessidade da implantação de um sistema de drenagem de águas pluviais na cidade para dar a vazão necessária às águas das chuvas, permitindo, com isso, a conservação das ruas e benfeitorias da cidade.

Certos da importância do tema, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados para aprovarem esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

35ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, a necessidade de construção de uma usina de reciclagem de lixo no Município de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da construção de uma usina de reciclagem de lixo no Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Município componente da Região da Grande Cáceres, Porto Esperidião vem, há muito tempo, chamando a atenção dos mato-grossenses e de pessoas dos mais diversos lugares que para lá se mudam em busca de melhores dias a partir do trabalho em suas terras férteis e do comércio, um dos setores atuantes do Município.

Cabe, então, ao Estado fazer-se presente, realizando obras que permitam a Porto Esperidião oferecer melhores condições de vida para seus habitantes. A população do Município constatou a necessidade da construção de uma usina de reciclagem de lixo para que, com isso se elimine um problema que aflige toda a cidade - o lixo -, proporcionando a prevenção de doenças, dando destinação adequada aos resíduos e também permitindo aproveitamento de alguns materiais com a reciclagem.

Certos da importância do tema, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados para aprovarem esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

36ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Saúde, a necessidade de fornecimento de equipamentos para o Posto de Saúde Central do Município de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Saúde, mostrando a necessidade de fornecimento de equipamentos para o Posto de Saúde Central do Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Município componente da Região da Grande Cáceres, Porto Esperidião vem, há muito tempo, chamando a atenção dos mato-grossenses e de pessoas dos mais diversos lugares que para lá se mudam em busca de melhores dias a partir do trabalho em suas terras férteis e do comércio, um dos setores atuantes do Município.

Cabe, então, ao Estado fazer-se presente, realizando obras que permitam a Porto Esperidião oferecer melhores condições de vida para seus habitantes. A população do Município constatou a necessidade de aquisição de equipamentos para o Posto de Saúde Central do Município, tais como ultra-som, raio “X” e ambulância, para que os moradores possam ter um atendimento satisfatório na área de saúde, não precisando recorrer a centros maiores para fazer exames.

Certos da importância do tema, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados para aprovarem esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

37ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, a necessidade de implantação de sistema de esgotamento sanitário na cidade de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de implantação de sistema de esgotamento sanitário na cidade de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Município componente da Região da Grande Cáceres, Porto Esperidião vem, há muito tempo, chamando a atenção dos mato-grossenses e de pessoas dos mais diversos lugares que para lá se mudam em busca de melhores dias a partir do trabalho em suas terras férteis e do comércio, um dos setores atuantes do Município.

Cabe, então, ao Estado fazer-se presente, realizando obras que permitam a Porto Esperidião oferecer melhores condições de vida para seus habitantes. A população do Município constatou a necessidade da implantação de sistema de esgotamento sanitário na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

sede do Município para equacionar um problema tão comum nas cidades, garantindo, com isso, uma vida mais saudável, com menor risco de doenças, transmitidas por falta de saneamento básico.

Certos da importância do tema, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados para aprovarem esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

38ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, a necessidade de construção de um laboratório de diagnóstico de rotina de médio porte para o Município de Porto Esperidião.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade de construção de um laboratório de diagnóstico de rotina de médio porte para o Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Município componente da Região da Grande Cáceres, Porto Esperidião vem, há muito tempo, chamando a atenção dos mato-grossenses e de pessoas dos mais diversos lugares que para lá se mudam em busca de melhores dias a partir do trabalho em suas terras férteis e do comércio, um dos setores atuantes do Município.

Cabe, então, ao Estado fazer-se presente, realizando obras que permitam a Porto Esperidião oferecer melhores condições de vida para seus habitantes. A população do Município constatou a necessidade da viabilização de um laboratório de diagnóstico de rotina de porte médio, pois o Município já comporta um número considerável de moradores, tanto na zona urbana quanto rural, podendo, com isso, os resultados de exames serem efetuados com maior rapidez.

Certos da importância do tema, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados para aprovarem esta indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

39ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, a necessidade de eletrificação rural das comunidades de Farinópolis e Cachoeirinha, Município de Araputanga.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, mostrando a necessidade de eletrificação rural das comunidades de Farinópolis e Cachoeirinha, Município de Araputanga.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Araputanga já detém, hoje, boa posição entre os Municípios do Estado com bons números de suas atividades econômicas desenvolvidas basicamente no setor agropecuário, sendo já tradicional sua pecuária leiteira. Isto proporciona o crescimento e a boa estrutura da sede do Município. Com isso, pessoas dos mais diversos lugares do País para lá se transferem, buscando melhores dias para suas famílias.

Cabe, portanto, aos organismos oficiais participarem nas suas áreas de atuação, tentando atender às reivindicações da população. No presente caso constatou-se a necessidade de eletrificação dessas comunidades para que os moradores tenham acesso a todos os benefícios que a energia proporciona, tanto no conforto quanto para o trabalho.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares à aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

40ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Ilmº Sr. Diretor do DNER, a necessidade de recapeamento da rodovia BR-364, compreendendo o trecho: Serra da Petrovina até a cidade de Alto Araguaia.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Ilmº Sr. Diretor do DNER, mostrando a necessidade de recapeamento da rodovia BR-364, compreendendo o trecho: Serra da Petrovina até a cidade de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

No nosso Estado de Mato Grosso questões envolvendo transportes devem merecer atenção especial por parte dos órgãos públicos, já que detém enormes dimensões territoriais. Além disso, o visível processo de desenvolvimento pelo qual atravessa obriga que os serviços das estradas sejam atendidos prioritariamente. Por isso, a viabilização das obras pelos meios convencionais deve acontecer de forma ágil, permitindo o pronto atendimento aos usuários.

Neste caso, temos como objetivo da propositura uma das rodovias mais importantes do Estado, por onde entram saem divisas, nossos produtos e outros que vêm de fora.

Diante de tão importante tema, conclamamos os nobres Pares para o seu inestimável apoio na busca do êxito da presente aprovação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

41ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de pavimentação asfáltica da Avenida Tancredo Neves até o novo Aeroporto Internacional de Cáceres, compreendendo um trecho de aproximadamente 4 Km, naquele Município.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica da Avenida Tancredo Neves até o novo Aeroporto Internacional de Cáceres, compreendendo um trecho de aproximadamente 4 Km, naquele Município.

JUSTIFICATIVA

Cidade-pólo de sua região, com 17 municípios, Cáceres vem passando ultimamente por profundas transformações na sua economia que a alterarão significativamente, num futuro próximo. Por sua privilegiada posição geográfica fronteiriça, é ponto de passagem para o Norte do País e, principalmente, ponto de partida para o caminho ao Oceano Pacífico. Nesse contexto, temos relevantes obras como ZPE, Porto Fluvial, dentre outras e, neste caso, o Aeroporto Internacional.

Certamente, em todo esse processo desenvolvimentista, todos os esforços devem se voltar para obras que permitam a perfeita continuidade do processo. A presente propositura enfoca esta importante questão, quando vislumbra proporcionar aos usuários do aeroporto uma via de condições adequadas. Com a pavimentação da Avenida mencionada, todos os benefícios de sua concretização se farão sentir: rapidez, conforto e etc.

Diante de tão importante tema, contamos com o apoio dos Senhores Deputados para que alcancemos o êxito pretendido: a aprovação deste expediente indicatório.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

42ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de conclusão do Hospital Regional de Cáceres.

Requeiro à Mesa, com fulcro no Regimento Interno desta Casa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade de conclusão do Hospital Regional de Cáceres.

JUSTIFICATIVA

A saúde é um dos fatores preponderantes na evolução e desenvolvimento de uma população.

Partindo desta premissa e tendo em vista a carência de hospitais, não só na região de Cáceres, mas em todo o Estado de Mato Grosso, entendemos de fundamental importância a conclusão das obras do Hospital Regional de Cáceres, para dar condições à população enferma, assistência médico-hospitalar adequadas às suas necessidades.

A concretização de tal obra, além de prestar atendimento à população carente daquela cidade, atenderá também a população das cidades vizinhas que não dispõem de assistência médico-hospitalar, através de um consórcio de saúde entre os municípios componentes da região, evitando, com isso, a grande quantidade de pacientes que se deslocam constantemente à essa Capital para tratamento médico.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Diante do exposto, solicitamos o total apoio de todos os Ilustres Parlamentares para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado JOSÉ LACERDA - Líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a retirasse o nosso Requerimento da CPI SANEMAT, conforme orientação do Líder do Governo, para que, dentro do exposto no Regimento Interno, pudéssemos apresentar outro Requerimento, com novas assinaturas, determinando prazo de funcionamento da CPI, que será o prazo prorrogável de 90 dias, e também expormos itens a serem averiguados pela CPI:

REQUERIMENTO:

Com fulcro no Artigo 36, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, combinado com o Artigo 51, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, seja criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de proceder a uma auditoria completa na Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso S/A-SANEMAT, desde janeiro de 1995, no prazo prorrogável de 90 (noventa) dias, com especial atenção aos seguintes itens:

- a - cálculo e cobrança de tarifas;
- b - municipalização da empresa;
- c - investimentos;
- d- pessoal passivo e trabalhista e plano de cargos e salários;
- e - contratos de obras e terceirizações;
- f - regularidade fiscal e previdenciária da SANEMAT;
- g - apurar a necessidade de realização de concurso público.

Sala das Sessões, em 27/02/97.

Deputado EMANUEL PINHEIRO

Deputado ROMOALDO JÚNIOR

Deputado JORGE ABREU

Deputado PAULO MOURA

Deputado AMADOR TUT

Deputado HUMBERTO BOSAIPO

Deputado QUINCA DOS SANTOS

Deputada SERYS SLHESSARENKO

Deputado MOISÉS FELTRIN

Esse Requerimento, espero que a Mesa já o receba, de plano, porque já consta de nove assinaturas, ou seja, a CPI já será formada automaticamente e peço à Mesa que indique ainda hoje os nomes dos membros da CPI. Os signatários da CPI são os seguintes: Emanuel Pinheiro, Romoaldo Júnior, Moisés Feltrin, Jorge Abreu, Humberto Bosaipo, Amador Tut, Quinca dos Santos, Serys Slhessarenko e Paulo Moura.

Era o que tínhamos para falar, Sr. Presidente, e mais uma vez peço a indicação dos nomes dos membros da CPI, se possível, ainda na Sessão de hoje.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, pela União por Mato Grosso, nós indicamos os nomes dos Deputados Emanuel Pinheiro e Humberto Bosaipo para fazerem parte da CPI apresentada.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado José Riva:

1ª) EMENDA ADITIVA:

**Adita dispositivo à Mensagem n°
31/96, Projeto de Lei n° 207/96.**

Art. 1° Ficam aditados à Seção I, do Capítulo VII, da Mensagem n° 30/96, Projeto de Lei n° 207/96, os seguintes dispositivos:

“**Art.** Os contribuintes caracterizados como microempresas e empresas de pequeno porte, serão tributados nos limites do Artigo 5°, § 3° da Lei Federal n° 9.317 de 05 de dezembro de 1996.

Parágrafo único O benefício do que trata o *caput* atenderá aos contribuintes que forem enquadrados no SIMPLES-Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Aditiva tem como objetivo incluir na legislação tributária do Estado de Mato Grosso, mais precisamente no que dispõe sobre o ICMS, o regime tributário das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Federal n° 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Mato Grosso não pode ficar parado no tempo, penalizando milhares de empresas que permanecem na informalidade, afugentadas pela pesada carga tributária.

Por este motivo é que espero contar com a acolhida dos nobres Pares para a aprovação da propositura.

Plenário das Deliberações “Deputado Oscar Soares”, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado JOSÉ RIVA

2ª) EMENDA MODIFICATIVA

**Modifica dispositivo da Mensagem n°
31/96, Projeto de Lei n° 207/96.**

Art. 1° O Artigo 46 da Mensagem n° 31/96, Projeto de Lei n° 207/96, passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 46** Os contribuintes que procurarem as repartições fiscais do Estado para a confissão espontânea dos débitos ou de irregularidades verificadas no cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o imposto de que trata esta Lei, adquirirão direito imediato protocolado na repartição fiscal”.

Art. 2° O *caput* do n° 31/96, Projeto de Lei n° 207/96, passa a ter a seguinte redação:

Art. 47 Iniciado o procedimento para a exigência do crédito tributário, o contribuinte, poderá liquidar o crédito exigido, alternativamente, com o seguinte tratamento tributário”.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa restabelecer benefício já integrante da Lei n° 5.419/88, que lhe foi inserido através de Projeto de Lei que tramitou neste Parlamento.

Vale ressaltar que à referida propositura foi aposto veto e que, em Sessão realizada no dia 18/02/96, o mesmo foi derrubado.

A Mensagem que ora aqui está tramitando opõe-se ao benefício, forma ingrata de prejudicar ainda mais as classes geradoras de tributos e as que promovem o desenvolvimento do Estado.

A Emenda modifica também o texto do *caput* do Artigo 47, dando-lhe interpretação adequada ao texto que a Emenda apresenta para o Artigo anterior.

Plenário das Deliberações “Deputado Oscar Soares”, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado JOSÉ RIVA

E várias Indicações de nossa autoria:

3ª) Indica ao Ilm° Sr. Gerente Estadual do PRODEAGRO a necessidade de implantação de rede de eletrificação rural no Município de Nortelândia.

Nos termos da Resolução n° 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilm° Sr. Gerente Estadual do PRODEAGRO, mostrando a necessidade de implantação de rede de eletrificação rural no Município de Nortelândia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nortelândia possui uma população de 10.038 habitantes. A sua economia já se destacou no extrativismo mineral, todavia, com a decadência do diamante, hoje, a economia do Município tende a se firmar na agricultura.

Pequenos agricultores residentes ao longo do território municipal estão plantando culturas variadas, abastecendo a região e no intuito de incentivar esses ex-garimpeiros a se firmarem no trabalho da lavoura, necessário se faz facilitar-lhes o dia-a-dia, e uma reivindicação já há algum tempo feita por eles é a da eletrificação rural.

Entendendo ser muito importante oferecer tal obra de infra-estrutura aos trabalhadores rurais de Nortelândia, é que aguardamos do Sr. Mário Ney de Oliveira Teixeira, Gerente Estadual do PRODEAGRO, uma ação que viabilize o teor do pleito.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997

Deputado JOSÉ RIVA

4ª) Indica ao Mag. Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso a necessidade de instalar extensão da Universidade no Município de Arenápolis.

Nos termos da Resolução n° 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Mag. Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, demonstrando-lhes a necessidade de instalar extensão da Universidade no Município de Arenápolis.

JUSTIFICATIVA

Contando com uma população de 20.000 (vinte mil) habitantes, Arenápolis tem se desenvolvido nos últimos tempos. Para acompanhar esse crescimento econômico, faz-se necessário também incrementar outros importantes setores, especialmente a educação.

Os estudantes que já concluíram o 2º grau, bem como os que estão cursando, têm sentido a premente necessidade de darem prosseguimento aos estudos e por isso reivindicam uma escola que os capacite a se formarem profissionais em nível de 3º grau no próprio Município, pois o deslocamento até Tangará da Serra, cidade mais próxima que conta com uma extensão da UFMT, torna-se inviável para a maioria deles.

Hoje, o Município de Arenápolis já possui infra-estrutura para a instalação de uma extensão da UFMT. Com a sua criação, também serão beneficiados os estudantes dos municípios vizinhos de Nortelândia (a 55 kms), Santo Afonso (a 16 kms), Alto Paraguai (a 36 Kms), Denise (a 39 Kms), Diamantino (a 50 Kms), Nova Olímpia (a 60 Kms) e Barra do Bugres (a 80 Kms).

Pelo exposto, é que solicitamos o empenho do Prof. Fernando Nogueira de Lima, Mag. Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, no sentido de promover estudos que viabilizem o teor do pleito, com a urgência possível.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997

Deputado JOSÉ RIVA

5ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias aos Exmº Sr. Secretário de Infra-estrutura e ao Ilmº Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de recuperar a MT-161, no trecho que liga Nova Marilândia ao Chapadão do Parecis - BR-364.

Nos termos da Resolução nº 18/91, desta Casa de Leis, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias aos Exmº Srs. Secretário de Infra-estrutura e ao Ilmº Diretor-Presidente do DVOP, demonstrando-lhes a necessidade de recuperar a MT-161, no trecho que liga Nova Marilândia ao Chapadão do Parecis - BR-364.

JUSTIFICATIVA

Nova Marilândia, Município recém-emancipado, tem se desenvolvido nos últimos anos, fruto do trabalho agrícola da cultura de grãos, destacando-se a soja, com uma produção de 14.400 toneladas nesta safra. Também a pecuária constitui-se fator relevante para a economia do Município.

No entanto, o trecho de aproximadamente 27 quilômetros na MT-161, entre Nova Marilândia e o Chapadão dos Parecis, encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando de urgentes reparos, para que não se torne em pouco tempo totalmente intransitável. Tal fato seria catastrófico para a região, pois é por aquela rodovia que é feito o escoamento da produção.

Em razão dessa realidade, é que recebemos das lideranças políticas locais, a solicitação para que as autoridades competentes viabilizem urgentes ações, promovendo os reparos na citada rodovia, garantindo assim o franco desenvolvimento daquele município.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997

Deputado JOSÉ RIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

6ª) Indica ao Ilmº Sr. Gerente Estadual do PRODEAGRO a necessidade de recuperação de estradas vicinais no Município de Nortelândia.

Nos termos da Resolução nº 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmº Sr. Gerente Estadual do PRODEAGRO, demonstrando-lhes a necessidade de recuperação de estradas vicinais no Município de Nortelândia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nortelândia possui uma população de 10.038 (dez mil e trinta e oito) habitantes. Desses, grande parte residem na sede e os outros ocupam o espaço territorial do Município em povoados, como os de Santaninha e Cel. Macaúba.

O Município já teve a sua economia baseada no extrativismo mineral, mas com a decadência do diamante, os ex-garimpeiros estão se voltando para o trabalho da agricultura.

Todavia a região é carente de infra-estrutura, fato que contribui para dificultar ainda mais o dia-a-dia daqueles trabalhadores. Uma das obras mais urgentes a se realizar é a recuperação das estradas vicinais, pois por elas é que se escoam os produtos agrícolas até a sede do Município.

Em face do exposto é que contamos com o acolhimento do Sr. Mário Ney de Oliveira Teixeira, Gerente Estadual do PRODEAGRO, no sentido de acolher o teor do pleito.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997

Deputado JOSÉ RIVA

7ª) Indica ao Ilmº Sr. Delegado Regional do MEC-MT a necessidade de ceder um ônibus à Secretaria de Educação do Município de Nova Marilândia.

Nos termos da Resolução nº 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmº Sr. Delegado Regional do MEC-MT, demonstrando-lhe a necessidade de ceder um ônibus à Secretaria de Educação do Município de Nova Marilândia, para ser usado no transporte escolar rural.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nova Marilândia possui uma população de 3.822 habitantes. Grande parte desses cidadãos residem ao longo do espaço territorial, pois trabalham na pecuária e no cultivo de grãos, em especial a soja.

Acontece que os filhos desses trabalhadores diariamente têm que se deslocar até a sede do Município para estudar. Como não dispõem de condução própria para tal fim, acabam chegando atrasados às aulas ou na maioria das vezes faltando tanto, conduzindo à evasão escolar. Tal quadro poderia ser revertido, se houvesse um ônibus para transportá-los.

Em face dessa situação, é que o Prefeito de Nova Marilândia, Sr. Nilson Pereira Rodrigues, solicita a doação de um ônibus escolar e para tanto contamos com o acolhimento do Dr. Carlos Antônio Dornella, Delegado Regional do MEC, no sentido de acolher o teor dessa Indicação.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997

Deputado JOSÉ RIVA

8ª) INDICAÇÃO: Indica ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade da construção de Ponte de madeira sobre o Rio Santana (vão de 40 ms), ligando a Colônia Coronel Macaúba à sede do Município de Nortelândia.

Nos termos da Resolução 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade da construção de ponte de madeira sobre o Rio Santana (vão de 40ms), ligando a Colônia Macaúba à sede do Município de Nortelândia.

JUSTIFICATIVA

A comunidade de Coronel Macaúba está situada no Município de Nortelândia. É formada por pessoas que trabalham no cultivo de grãos, que serão destinados a abastecer o comércio local, ficando o restante para a própria subsistência.

Esses trabalhadores têm enfrentado com resignação os rigores de uma vida no campo, não tendo os benefícios de obras de infra-estrutura. No entanto, uma solicitação que fazem há algum tempo às lideranças políticas locais, é a de que se construa uma ponte de madeira sobre o Rio Santana, tornando então mais rápido e seguro o acesso à sede do município.

Entendendo ser necessário prestar tal benefício aos trabalhadores da região é que contamos com uma ação do Dr. Vitor Cândia - Diretor-Presidente do DVOP, no sentido de acolher o teor da propositura..

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997.

Deputado JOSÉ RIVA -PRESIDENTE.

9ª) INDICAÇÃO: Indica ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade da construção de ponte de madeira sobre o Rio Joaquim da Silva (vão de 12 ms) ligando o Distrito de Santaninha à sede do Município de Nortelândia.

Nos termos da Resolução 18/91, desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade da construção de ponte de madeira sobre o Rio Joaquim da Silva (vão de 12ms), ligando o Distrito de Santaninha à sede do Município de Nortelândia.

JUSTIFICATIVA

O Município de Nortelândia conta com uma população de 10.038 (dez mil e trinta e oito) habitantes, espalhados em todo seu território. Muitas vezes, é difícil o acesso das comunidades à sede do Município, como o que ocorre com o povoado de Santaninha.

Essa comunidade, com cerca de 300 (trezentos) habitantes, trabalha no plantio de grãos, que serão destinados a abastecer o comércio local. No entanto, o escoamento da produção se torna muito difícil, necessitando portanto, que se construa uma ponte de madeira sobre o Rio Joaquim da Silva, ligando assim aquela comunidade rural ao perímetro urbano do Município, a fim de se tornar mais seguro e rápido o percurso a ser constantemente feito pelos seus habitantes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Em razão da real necessidade de atender esta reivindicação, é que contamos com acolhimento dos nobres Pares a esta propositura.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997.

Deputado JOSÉ RIVA-PRESIDENTE.

O PRESIDENTE - Sobre a mesa, dois Projetos de Resolução de autoria do Deputado Moisés Feltrin:

1ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Des. José Tadeu Cury.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das suas atribuições que lhe confere o Art. 279, § VIII, do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Outorga o Título de Cidadão Mato-grossense ao Des. José Tadeu Cury, pelos relevantes serviços prestados a este Estado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Doutor José Tadeu Cury, brasileiro, procedente da cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, onde nasceu no dia 15 de setembro de 1944, sendo filho do Sr. Halim Cury e Dona Ziza Cury, estando atuando no Estado de Mato Grosso desde 1979.

A sua formação escolar iniciou-se na cidade onde nasceu, Rio Claro-SP, cursando o 1º e 2º graus e o Curso de Direito.

Participou e concluiu o Curso de Direito do Trabalho, realizado em julho de 1966, na cidade de Bauru-SP; Curso de Direito Civil, realizado no período de agosto a setembro de 1966, Bauru-SP; III Jornada de Medicina Legal, em setembro de 1966, na cidade de Bauru-SP; Curso de Processo Penal, ministrado por professores da Universidade de Padova, Itália, realizado em Bauru-SP; Curso de Direito Constitucional; Curso sobre o Novo Código Civil; V Semana de Estudo Policial; I Encontro de Estudos Jurídicos, em Barra do Garças e Curso Especial de Aperfeiçoamento da Magistratura, em Cuiabá.

Foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Alto Araguaia, em 1980; promovido por antigüidade para a Comarca de Barra do Garças, em 1981; removido por merecimento para o cargo de Desembargador; professor de Direito Processual Civil na Universidade de Cuiabá - UNIC, tendo sido escolhido paraninfo da 1ª Turma de Formando, patrono da 2ª e nome da 3ª Turma do Curso de Direito.

Em 09.12.94, foi agraciado com o Título de Comendador da Ordem do Mérito de Mato Grosso.

Em 05.04.95, recebeu o Título de Cidadão Cuiabano.

Pedimos, à unanimidade, o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997

Deputado MOISÉS FELTRIN

2ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Desembargador “Paulo Inácio Dias Lessa”.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 279, Parágrafo VIII, do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Outorga o Título de Cidadão Mato-grossense ao Desembargador Paulo Inácio Dias Lessa, pelos relevantes serviços prestados a este Estado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Doutor Paulo Inácio Dias Lessa, brasileiro, oriundo da Capital do Estado de São Paulo, onde nasceu no dia 23 de agosto de 1949, filho do Sr. Everaldo Lessa e de Dona Anésia Dias Lessa, é advogado, formado pela Faculdade de Direito Braz Cubas, na cidade de Mogi das Cruzes-SP, onde fez sua colação de grau no dia 27 de dezembro de 1973.

Participou e concluiu vários cursos concernentes à sua formação profissional, como Direito Penal, curso de Extensão Universitária. Em março de 1973, Direito Tributário, Ciclo de Conferências, promovido pela Faculdade de Direito de Braz Cubas, em Mogi das Cruzes, realizado em novembro de 1973; 1º Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados da Amazônia, promovido pela Escola Superior da Magistratura Nacional e Associação dos Magistrados da Amazônia, na cidade de Manaus-AM, realizado no período de 07 a 09 de Agosto de 1986 e Curso Especial de Aperfeiçoamento da Magistratura, Escola Superior da Magistratura, promovido pela Escola Nacional de Magistratura, Escola Superior da Magistratura e Associação Mato-grossense de Magistrados, realizado em dezembro de 1987.

Prestou e foi aprovado no concurso público Federal, para o cargo de Inspetor de Abastecimento da SUNAB, em 23.08.76, e no Concurso Público para o cargo de Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso, realizado em julho de 1979.

Desde 1974, é advogado militante no Estado de Mato Grosso, onde até 1979, foi procurador jurídico do DERMAT, Chefe da Procuradoria Jurídica do DOP-MT e Procurador do Estado de Mato Grosso.

No período de 23.11.79 a 24.03.80, foi Juiz de Direito titular da Comarca de Alto Garças, 1ª entrância. Em outubro de 1981, foi promovido por merecimento para a 4ª Vara Criminal da Comarca de Cuiabá, Entrância Especial. Foi promovido, a pedido para a 12ª Vara Cível, em agosto de 1985 e, em abril de 1991, para a 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Capital, quando exerceu o cargo de Diretor do Cartório da Dívida Ativa do Estado de Mato Grosso. Foi membro do TRE-MT, na categoria de Juiz de Direito; Juiz Supervisor do Juizado de Pequenas Causas da Comarca de Cuiabá e Várzea Grande; promovido por merecimento ao Cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Em julho de 1992, membro da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça e, há quatro anos, Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Mato Grosso e Professor da Escola Superior da Magistratura, na disciplina de Direito Processual Penal.

É detentor do Título da Ordem do Mérito Mato Grosso, no Grau de Comendador.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Ante o exposto, pedimos o apoio unânime de nossos eminentes Pares.
Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997.
Deputado MOISÉS FELTRIN - LÍDER DO PFL

E ainda quatro Indicações de autoria do Deputado Paulo Moura e uma Emenda Aditiva:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Infra-estrutura e ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da CEMAT, a necessidade de providenciar a recuperação da iluminação pública do Bairro Aldeia Velha, no Município de Chapada dos Guimarães.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18/91, de 08.05.91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Infra-estrutura e ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da CEMAT, mostrando a necessidade de providenciar a recuperação da iluminação pública do Bairro Aldeia Velha, no Município de Chapada dos Guimarães.

JUSTIFICATIVA

Com objetivo de atender as inúmeras reivindicações dos moradores do Bairro Aldeia Velha, o mais antigo desse município, é que propomos o presente expediente.

Atualmente este Bairro encontra-se em completa escuridão, as luminárias na sua maioria estão danificadas e com lâmpadas queimadas, beneficiando a atuação dos marginais.

No período noturno é quase impossível a locomoção pelas ruas, devido à total falta de iluminação, causando transtornos aos moradores e pedestres que por ali transitam.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este pleito alcance pleno êxito, haja vista sua importância.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997
Deputado PAULO MOURA”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Infra-estrutura e ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da CEMAT, a necessidade na implantação da rede de energia elétrica iluminando toda comunidade do Morro do Bom Jardim, no Município de Chapada dos Guimarães.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18/91, de 08.05.91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Infra-estrutura e ao Ilmº Sr. Diretor-Presidente da CEMAT, mostrando a necessidade na implantação da rede de energia elétrica iluminando toda a comunidade do Morro do Bom Jardim, no Município de Chapada dos Guimarães.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Com objetivo de atender as inúmeras reivindicações da comunidade do Morro do Bom Jardim, no sentido de regularizar o fornecimento de energia elétrica, que atualmente se encontra totalmente desprovido, é que solicitamos a extensão da rede para atender toda comunidade.

Ressaltamos que a falta deste benefício tem servido de entrave ao desenvolvimento da região, já que as famílias ali residentes e produtoras não encontram estímulo para uma maior diversificação e aprimoramento de seus produtos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este pleito alcance pleno êxito, haja vista, sua importância.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997
Deputado PAULO MOURA”

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da TELEMAT, a necessidade de instalar 01(um) “orelhão” na Avenida Principal, quadra 25, lote 05, no Bairro Jardim Passaredo, nesta Capital.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18/91, de 08.05.91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-chefe da Casa Civil e ao Diretor-Presidente da TELEMAT, a necessidade de instalar 01(um) “orelhão” na Avenida Principal, quadra 25, lote 05, no Bairro Jardim Passaredo, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as inúmeras reivindicações dos moradores do Bairro Jardim Passaredo, nesta Capital, é que propomos este expediente, a fim de que seja instalado um “orelhão”, na Av. Principal, quadra 25, lote 05, no Bairro Jardim Passaredo.

Ressaltamos que esse Bairro apresenta um elevado índice de crescimento populacional, necessitando com urgência do meio de comunicação rápido e eficaz que é o telefone, evitando assim o deslocamento dos moradores e beneficiando o desenvolvimento e bem-estar comunitário.

Salientamos que o telefone público mais próximo encontra-se a 1500 ms de distância.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este pleito alcance pleno êxito, tendo em vista sua importância.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997
Deputado PAULO MOURA”

4ª) EMENDA ADITIVA:

“Emenda aditiva ao Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas ~ DVOP, no Projeto Pavimentação de Rodovias ~ código 168853711490000 A Meta: pavimentação da Rodovia Jauru ~

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

**Pontes e Lacerda. Mensagem nº
030/96, de autoria do Poder Executivo.**

Adita-se no Orçamento Fiscal do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP, no Projeto Pavimentação de Rodovias - código 168853711490000 A Meta: pavimentação da Rodovia Jauru - Pontes e Lacerda.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997
Deputado PAULO MOURA”

E uma Emenda Aditiva de autoria do Deputado Benedito Pinto e Paulo Moura:
“Emenda aditiva ao Orçamento Fiscal da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários um Projeto não previsto no Projeto de Lei, com de R\$ 3.000.000,00, destinado a aquisição de tratores e implementos agrícolas para as prefeituras municipais do Estado.

1) Adita-se no Orçamento Fiscal da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, um projeto de lei, com dotação de R\$ 3.000.000,00, destinado a aquisição de tratores a implementos agrícolas para as prefeituras municipais do Estado.

2) Detalhamento de despesa (R\$ 1.00)

Projeto: Aquisição de tratores e implementos agrícolas para as prefeituras municipais do Estado.

Fonte de Recurso: 100 - recursos ordinários do Tesouro Estadual.

Grupo de despesa: Investimento

Valor: R\$ 3.000.000,00

3) Para atender o citado projeto, fica deduzida a seguinte Despesa:

- Órgão: Fundo Estadual de Assistência Social.

- Código: 158148621950000

- Fonte de Recursos: 100 - Recursos ordinários do tesouro Estadual.

- Grupo de Despesas: outras despesas correntes.

- Valor: R\$ 3.000.000,00

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1996

Deputados PAULO MOURA e BENEDITO PINTO”

Um Requerimento de autoria do Deputado Chico Daltro:

“Nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente reivindicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, solicitando cópias dos Contratos de Prestação de Serviços, firmados entre os órgãos governamentais e a *TV Gazeta*, *Rádio Gazeta* e o *Jornal A Gazeta*, bem como, os Contratos do DMD - Associados e em especial da SECOM.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1997

Deputado CHICO DALTRO”

Ainda um Projeto de Lei de autoria do Deputado Roberto Nunes:

“Declara de utilidade pública a Escola de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio ‘Fundação BRADESCO’, em Cuiabá.

A **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Escola de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio ‘Fundação BRADESCO’.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1997.

Deputado **ROBERTO NUNES**

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA).
Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

A **SR. AMADOR TUT** - Transfiro, Sr. Presidente.

O **SR. PRESIDENTE** - Com a palavra, a nobre Deputada Zilda, que dispõe de quarenta minutos.

A **SRª ZILDA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, frente aos acontecimentos que envolveram o meu Partido, o PDT, acontecimentos esses que foram amplamente noticiados, não só pela Imprensa de Mato Grosso, mas também pela Imprensa nacional, onde houve um destaque para a desfiliação partidária do Governador Dante de Oliveira e até da destituição da executiva regional do nosso Partido, senti-me na obrigação, Sr. Presidente, de fazer nesta Casa um pronunciamento oficial com relação a estas questões que se abateram sobre o PDT.

E eu quero iniciar esta minha fala retomando os motivos que me levaram a chegar ao PDT.

A maioria dos Senhores sabe e, especialmente, o povo da Várzea Grande, que a minha vida pública, a minha vida política tem as suas origens, tem a suas bases, na minha militância na área educacional. A maioria dos Senhores sabe que eu sou profissional da educação, não somente pela minha formação, mas por opção.

Fui professora de sala de aula, desde o ensino de 1º grau até o ensino de 2º grau. Fui diretora de escola, administradora escolar, técnica em assuntos educacionais, por mais de vinte e cinco anos, e por estas questões nós procuramos o PDT, para ter esse Partido como o Partido no qual nós iríamos ter a nossa militância partidária. Todos, ou melhor, a maioria das pessoas sabem o compromisso e o esforço das administrações pedetistas na área educacional. Eu posso citar aqui, por exemplo, a idéia e a implementação dessa idéia com relação aos CIEP's, que são mais comumente conhecidos pelo Brasil afora como escolas de tempo integral. Sendo esses CIEP's uma forma de promover o bem-estar da nossa juventude, das nossas crianças, enfim, uma forma de retirar os jovens e as crianças das ruas.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento eu quero fazer um destaque a um valoroso companheiro Líder pedetista. Eu quero prestar uma homenagem a esse grande Líder pedetista, Darcy Ribeiro, ao antropólogo Darcy Ribeiro, ao escritor Darcy Ribeiro, não só nós, pedetistas, mas todos aqueles que acompanharam a trajetória de Darcy Ribeiro, sem dúvida nenhuma, sentem-se órfãos pelo seu passamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Mas, Sr. Presidente, não só essa vinculação do PDT com o setor educacional me levou para as fileiras do PDT. É necessário também lembrarmos aqui e deixar registrado nos Anais desta Casa o conteúdo, a proposta programática do nosso Partido. O nosso Partido preocupa-se com a juventude e com a criança deste País, desde o ventre materno, como uma forma de evitar essa discriminação social tão arraigada pelo interior do Brasil afora. O PDT, na sua linha programática, valoriza, determina que se lute contra a discriminação da mulher com ações concretas para evitar essa desigualdade, essa diferença de gênero, e luta também, todos sabem, pelas questões dos trabalhadores. Eu até registro aqui, Sr. Presidente, que é o Partido que mais tem conquistas com relação aos interesses dos trabalhadores, até de outros compromissos que o Partido vem mostrando nos municípios do Estado em que nós tivemos oportunidade de administrar.

Tantas outras coisas, Sr. Presidente, nós poderíamos estar na manhã de hoje citando, com relação à proposta do PDT. Eu faço questão de ressaltar mais uma que é o caráter do princípio democrático do nosso Partido, que permite que qualquer um de seus membros reaja, que qualquer um de seus membros proponha novo encaminhamento com relação às decisões partidárias. Mas, que façam essas proposições no interior do nosso Partido.

Eu estou colocando isto aqui, Sr. Presidente, para lamentar os últimos acontecimentos que se abateram sobre o PDT, que vieram a culminar com a desfiliação Partidária do Governador Dante de Oliveira e do seu grupo político do PDT. E lamentar, principalmente, porque o Presidente Regional do nosso Partido, que teria a obrigação de estar buscando uma articulação com a direção Nacional do PDT, com as Lideranças Estaduais do PDT, para que nós pudéssemos esclarecer junto à Executiva Nacional, levado pelo Presidente do nosso Partido, que é o Sr. Antero Paes de Barros - Secretário-Chefe da Casa Civil - nada disso fez. Houve uma omissão do Presidente Regional do PDT, o Sr. Antero Paes de Barros. Nenhuma medida tomou o Sr. Antero Paes de Barros, para fazer esses esclarecimentos junto à Executiva Nacional do PDT. E agora, Sr. Presidente, o que nós estamos assistindo acontecer no Estado de Mato Grosso: o Sr. Antero Paes de Barros, Secretário-Chefe da Casa Civil, percorre, está a percorrer o Estado inteiro, pregando a destruição deste Partido. Joga-se brutalmente, Sr. Presidente, contra o PDT, contra os nossos companheiros pedetistas, fazendo ameaças absurdas que nós não vamos aceitar.

Nós queremos alertar o Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Antero Paes de Barros, que não aceitaremos essas imposições e essas barbaridades que esse senhor vem pregando em todos os municípios do Estado de Mato Grosso.

Nós queremos deixar, Sr. Presidente, registrado nos Anais desta Casa, que iremos utilizar desta tribuna para denunciar caso a caso, se algumas dessas ameaças do Sr. Antero Paes de Barros vierem a ser concretizadas. Nós não conseguimos entender, Sr. Presidente, como é que um Secretário-Chefe da Casa Civil, aquele que tem a responsabilidade maior, aquele que tem a missão maior de ser o articulador político do Governo aqui no Estado de Mato Grosso, possa colocar-se numa posição de sair, como Secretário-Chefe da Casa Civil, apresentar-se nos municípios, apresentar-se nas câmaras municipais, visitar prefeitos municipais, pregando a destruição de um Partido político que pertence à Frente de Cidadania e Desenvolvimento - Frente essa que se juntou para eleger o Governador Dante de Oliveira!

Lamento que o Sr. Secretário, Sr. Antero Paes de Barros, tenha se dado a um trabalho desses! Nós, do PDT, as Lideranças que decidiram permanecer no Partido estão reagindo, duramente, contra essa atitude do Sr. Secretário Antero Paes de Barros, ex-Presidente Regional do nosso Partido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Sr. Presidente, nós sabemos que o PDT está enfrentando um grande desafio no Estado de Mato Grosso. Nós temos a certeza da responsabilidade daqueles militantes pedetistas que decidiram por permanecer no Partido - como é o nosso caso, do nosso grupo político. Tomamos a decisão de permanecer no PDT não com uma posição isolada, Sr. Presidente. Eu quero deixar registrado nos Anais desta Casa que a nossa decisão de permanecer no PDT passou por uma ampla discussão em todas as nossas bases, com todos os nosso companheiros. E quero citar, aqui, o Município de Várzea Grande.

Em Várzea Grande, realizamos reuniões com a Executiva do Diretório Municipal, realizamos reuniões com todo Diretório Municipal do PDT, convidamos aquelas Lideranças que, mesmo não sendo filiadas ao nosso Partido, são simpatizantes do PDT e, por unanimidade, a decisão no Município de Várzea Grande foi para que permanecêssemos no Partido e, juntos, trabalhássemos não só pela Baixada Cuiabana, mas que fôssemos para o Estado inteiro ajudar na reorganização dessa bandeira trabalhista no Estado de Mato Grosso.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Várzea Grande, nós não tivemos sequer uma desfiliação, Deputado Humberto Bosaipo, das fileiras pedetistas. Lá estão no PDT os três vereadores que foram eleitos, os suplentes de vereadores, toda a Executiva, todos os membros do Diretório Municipal do PDT.

Temos visitado, Sr. Presidente, vários municípios do Estado de Mato Grosso e o que nós temos encontrado nesses municípios são companheiros assustados com as ameaças que têm sido levadas pelo Secretário-Chefe da Casa Civil. E nós queremos deixar registrados nesta Casa o nosso objetivo de permanecermos na Frente Cidadania e Desenvolvimento. Não há nenhum interesse do nosso Grupo político, porque nós temos condições de fazer uma leitura do processo político no Mato Grosso. Nós sabemos que, se retirarmos o PDT da Frente Cidadania e Desenvolvimento, estaremos fortalecendo a direita no Estado de Mato Grosso.

Essa não é a intenção, Sr. Presidente, dos pedetistas que permanecem no Partido. Portanto, nós estamos defendendo no Estado inteiro, em todos os municípios em que estamos passando, a permanência do PDT na Frente Cidadania e Desenvolvimento. E, além disso, por que mais nós defendemos isso? Porque nós sabemos, Sr. Presidente, da responsabilidade do PDT na condução desse governo que está aí. Nós, pedetistas, tivemos a nossa participação, seja ela pequena, grande, eu não sei, na eleição do Governador Dante de Oliveira. Nós temos compromisso com o povo de Mato Grosso, de fazer as críticas necessárias ao Governo Dante de Oliveira dentro do Grupo da Frente Cidadania e Desenvolvimento.

Seria muito mais fácil, Sr. Presidente, nós aproveitarmos dessa oportunidade, jogar tudo pra cima e irmos para uma posição radical ao Governo, não estaríamos sofrendo os inúmeros desgastes que nós já sofremos nesta Casa e por onde nós temos passado. Mas temos compromisso com o Governo Dante de Oliveira. E também temos a clareza de que o PDT, de que as lideranças pedetistas de que nós do PDT, que ocupamos mandatos quer das Câmaras Municipais, quer aqui da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, precisa ter uma posição, Sr. Presidente, mais crítica com relação às ações do Governo do Estado de Mato Grosso. Nós temos a determinação de que iremos cobrar com muito mais decisão, com muito mais exigência, ações concretas do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente aquelas voltadas para o setor social.

Portanto, Sr. Presidente, nós, do PDT, não estamos caminhando nas nuvens. Não! Nós, do PDT, estamos com os pés plantados no chão. Sabemos das dificuldades que estamos enfrentando. Mas, sabemos, também, que o grupo que fica, os verdadeiros pedetistas, têm coragem, têm garra e energia, Sr. Presidente, suficiente para reconstruir esse Partido no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Estado inteiro. Para levantar no Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, essa bandeira do trabalhismo democrático.

E até, conversando com os companheiros, Deputado Ricarte de Freitas, nas nossas reuniões pelo interior afora, costumamos dizer: o PDT, enfrentando esse desafio, tem uma caminhada longa. E nós colocamos, costumamos fazer uma comparação: a caminhada do PDT pode até ser comparada com uma viagem de trem, onde há várias estações, muitos saem, outros entram, e assim nós vamos dando os saltos de qualidade.

Para isso, Sr. Presidente, nós estamos convidando, até convocando, os companheiros pedetistas, os Deputados do PDT que ainda estão consultando as suas bases, a tomarem posição de permanecer no Partido, ou se forem levados pelas suas bases que tomem a decisão de deixar o nosso Partido. Queremos saber hoje quantos somos e quem somos, para que, realmente, possamos colocar o nosso Partido nessa linha de apoio ao Governador, mas esse apoio com posições mais crítico-constructivas.

E, para fazermos isso, nós temos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a certeza de que não só os Deputados que permanecerem no PDT - nós já tomamos essa definição, estamos aguardando e torcendo para que os demais Deputados permaneçam em nosso Partido. Mas nós precisamos arregaçar as mangas, todos nós: Deputados, Vereadores, Presidentes, Presidente do Diretório Regional, Presidentes dos Diretórios Municipais, membros dos diretórios, enfim, todos. Precisamos arregaçar as mangas e fazer uma visita, uma peregrinação por todo o Estado de Mato Grosso, buscando mulheres e homens honrados para virem para dentro deste Partido e, conosco, fortalecê-lo.

Portanto, Sr. Presidente, antes de encerrar a minha fala eu quero, aqui, saudar o valoroso companheiro, fundador do PDT, Presidente interino do nosso Partido, amigo estadual, o companheiro Mário Márcio Torres, e me colocar não só à disposição do Presidente do nosso Partido, mas à disposição de todos os militantes do PDT, para que eu possa ser mais uma companheira a ajudar a sedimentar, no Estado de Mato Grosso, um grande Partido Democrático Trabalhista. E nós vamos fazer isso, Sr. Presidente!

Pelo que nós já percorremos no Estado de Mato Grosso, eu só quero, antes de encerrar, dizer do resultado da nossa visita ao Município de Cáceres, onde também todo Diretório Municipal do Partido permanece. Não houve, até este momento, nenhuma desfiliação do Partido. Conversamos com toda a liderança daquele Município e todos têm este mesmo objetivo: reconstruir o nosso Partido.

Sr. Presidente, mais uma vez, antes de encerrar, nós queremos deixar registrado uma alerta ao Secretário-Chefe da Casa Civil de que nós, os representantes do PDT, vamos usar todos os espaços do Estado de Mato Grosso, nas câmaras municipais, na Assembléia Legislativa, nas prefeituras municipais, na Imprensa do Estado do Mato Grosso, nas praças, nas ruas do Estado do Mato Grosso, a nossa indignação contra a atitude que vem sendo tomada pelo Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado do Mato Grosso, da administração Dante de Oliveira.

Não aceitamos o Secretário-Chefe da Casa Civil pregar a destruição de um Partido que dá sustentação ao seu próprio Governo, ao Governo Dante de Oliveira.

Mas, Sr. Presidente, eu quero agradecer a todos pela atenção e dizer a todos os Deputados e ao Presidente José Riva, que nós, do PDT, vamos lutar com todas as nossas forças, com toda a nossa energia para reconstruir esse Partido no Estado e, com certeza, será reconstruído. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Parabéns à Deputada Zilda pela coerência em seu pronunciamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilmar Fabris (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ilustre Presidente desta Casa, Deputado José Riva:

Juntamente com o eminente Deputado José Lacerda - e nós estamos, inclusive, consultando os outros colegas - nós iremos promover, aqui, no mês de maio, o Encontro dos Deputados Estaduais da Região Centro-Oeste, para tratarmos de assuntos pertinentes à Região Centro-Oeste. Já mantivemos contato com os Deputados de Mato Grosso do Sul, já mantivemos contato com os Deputados do Estado de Goiás, de Rondônia e creio que vai ser um encontro extremamente proveitoso para o Estado de Mato Grosso, porque nesse encontro nós vamos discutir aqui, Sr. Presidente, os problemas sérios por que passam a Região Centro-Oeste.

Obviamente que estarão presentes os Deputados Federais de cada Estado, os Senadores, os Governadores e vai ser uma oportunidade da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso apresentar uma proposta nacional para os Ministérios, para o Congresso Nacional, sobre os graves problemas que estamos enfrentando no dia-a-dia.

Veja só, Sr. Presidente, quanto ao colapso da energia, agora há um movimento nacional contra as hidrovias de Mato Grosso. Nós temos que nos preparar e os Deputados Estaduais têm que sair na frente nessas questões.

O Sr. José Lacerda - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço o Deputado José Lacerda, que está elaborando esse projeto do Encontro Estadual dos Deputados aqui em Cuiabá.

O Sr. José Lacerda - Deputado Humberto Bosaipo, eu acho que esse encontro, que pretendemos promover, através da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, convocando os outros Estados que compõem o Centro-Oeste - inclusive eu acho que podemos chamar também Rondônia para participar desse encontro...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já foi contatado, Deputado.

O Sr. José Lacerda - ...nós precisamos estar atentos para o que é que o Governo Central pretende fazer para com Mato Grosso.

Eu vou ler um documento, Deputado, de poucos dias atrás, do Ministério dos Transportes:

“Ministério das Relações Exteriores.

Levo ao conhecimento de V. Ex^a que, tendo em vista a sensibilidade ambiental da região do Pantanal Mato-grossense, o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal solicitou a exclusão do Porto de Descalvados dentre os portos brasileiros a serem objeto de estudo no âmbito do convênio recém-firmado entre a União Européia e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Nessas condições, muito agradeceria a gentileza de comunicar aos responsáveis pelo estudo que, no que se refere ao Brasil, apenas os portos de Ladário e Porto Murtinho deverão ser estudados.

Cordiais saudações,

MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI

Chefe da Delegação do Brasil junto ao Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná”

Há uma outra matéria, nobre Deputado, da revista *Veja*, que traz o seguinte: “Paraíso ameaçado.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Eu não consigo compreender essa realidade brasileira. São quarenta mil quilômetros de vias navegáveis que tem o Brasil. Mato Grosso tem a felicidade de ter quatro hidrovias: Araguaia-Tocantins, Teles Pires-Tapajós, Guaporé-Mamoré e Paraguai-Paraná, que são as hidrovias de maior porte, porque temos outras que também são navegáveis, como a Jauru, como o Rio Vermelho e tantas outras hidrovias. E querem nos colocar, Deputado, como escravos de um único meio de transporte, que é o transporte rodoviário. Eu não consigo e não entendo quem é que está por trás disso, Deputado. Porque há outros interesses maiores atrás desta situação.

A Europa transporta 80% da sua produção agrícola por hidrovia e Mato Grosso não tem esse direito e, agora, por solicitação do Ministério, a exclusão dos estudos que estavam sendo feitos pelo Conselho Internacional de Hidrovia-CIH, contratado com recurso do BIRD, o Ministério pede a exclusão desses estudos no trecho Mato Grosso até Corumbá. E os estudos entrariam apenas e tão-somente de Corumbá abaixo, excluindo definitivamente a Hidrovia Paraguai-Paraná nesse trecho. Então, Mato Grosso não mais tem o direito de ter a sua navegação nesse trecho.

E eu acredito, Sr. Presidente, Deputado José Riva, que nós precisamos ter uma reação muito dura neste sentido. Nós temos uma responsabilidade com o meio ambiente. Não existe nenhuma dúvida sobre isso, não paira nenhuma dúvida sobre isso, tanto que temos o nosso Código do Meio Ambiente aprovado, temos a FEMA extremamente atuante, todos os Parlamentares têm o conhecimento e a compreensão ecológica e ambiental, mas não podemos ser escravizados e punidos por interesses outros que não representam o interesse da maioria, que não representam o interesse da Cidadania, que não representam o interesse de um sistema nacional de transporte, porque o que se tinha no Brasil, até poucos dias atrás, era o Ministério de Transporte Rodoviário. E nós não queremos um transporte rodoviário apenas no Brasil, nós queremos é um sistema inter-modal de transporte que concilia a aerovia, ferrovia, cabotagem, sistema dutoviário, sistema rodoviário e o sistema hidroviário também. Esta é a forma de resolver o problema do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico ao nobre Deputado que o tempo de aparte se encontra esgotado.

O Sr. José Lacerda - Eu agradeço ao Deputado Humberto Bosaipo pelo aparte.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Até gostaria que V. Ex^a ficasse no microfone de apartes, porque este é um debate extremamente importante para a Casa. E a comunicação que V. Ex^a faz é necessária que os Deputados prestem bem atenção, porque através do documento do Ministério de Relações Exteriores nós estamos sendo comunicados da exclusão do Porto Fluvial de Cáceres, que interfere frente ao desenvolvimento das hidrovias, frente ao desenvolvimento de escoamento de produção da região mato-grossense, uma parte do Estado de Mato Grosso.

Olha, Deputado José Lacerda, há o interesse das multinacionais em vender os caminhões, em ganhar com a venda de peças, com os fretes, em vender pneus. As multinacionais fazem essas matérias sub-repticiamente, e eu também li na Revista *Veja* o artigo falando do paraíso do Pantanal. Obviamente que o Pantanal é o paraíso, mas em que a hidrovia vai prejudicar o Pantanal? Em absolutamente nada, porque para se fazer hoje um Projeto dessa envergadura exige-se, inclusive, que se faça um Relatório de Impacto Ambiental, que faça um RIMA da hidrovia. E há, hoje, funcionários especializados.

Agora, chamamos a atenção e é por isso que queremos convocar aqui todos os Deputados Estaduais da região Centro-Oeste, Sr. Presidente, exatamente para saber quais os interesses escusos por trás dessas matérias jornalísticas, do fechamento de pontes... Agora

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

mesmo a Hidrovia Araguaia/Tocantins está praticamente paralisada, inclusive, com recursos alocados do Orçamento da União, mas que não se vê absolutamente nada. E há por trás disso também, Sr. Presidente, a tentativa de aumento das Reservas Indígenas.

E isso, Sr. Presidente, vem de encontro ao progresso do Estado de Mato Grosso! Ora, nós temos aqui um Estado remanescente, que é o Estado originário depois da divisão, nos idos de 77.

Nós temos o estado do INCRA, dentro do Estado de Mato Grosso. Agora temos também o estado indígena. E agora, a Legislação Federal, no que tange ao IBAMA, está cada vez mais rigorosa, principalmente no Norte do Estado, onde estão concentradas as maiores reservas de madeira.

E há, Srs. Deputados, um desaceleramento da economia estadual a olhos vistos. E é por isso, Sr. Presidente, que nós temos que discutir aqui temas tão importantes que nos envolvem e envolvem nossa gente...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência solicita da Deputada Zilda para que assuma a Presidência.

(A SR^a ZILDA ASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 09:47 HORAS)

A SR^a PRESIDENTE - Continua com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço o Deputado José Lacerda.

O Sr. José Lacerda - Deputado Humberto Bosaipo, Sr^a Presidente, Deputada Zilda, é interessante como foi o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, que passou basicamente pela Hidrovia Paraná/Paraguai, em 1536, quando as primeiras embarcações que chegaram se aportaram aqui no Estado de Mato Grosso. E, daquela época até hoje, o Pantanal se manteve intacto, sem nenhum problema.

Os estudantes mato-grossenses saíam de navio pelo Rio Cuiabá/Paraguai/Paraná, pela Argentina ou passavam pelo Atlântico, lá pelo Porto de Palmira, vinham para São Paulo ou para o Rio de Janeiro, os estudantes mato-grossenses. Todo o abastecimento do nosso Estado fora feito pela hidrovia Paraguai/Paraná, porque naquela época não existiam as rodovias. E nada aconteceu de colapso ecológico ao Pantanal, nessas centenas de anos.

Ora, o que nós precisamos entender é que o sistema hidroviário - que é o sistema de ocupação desse transporte, que é uma estrada líquida que Deus nos entregou - é a única estrada neste Brasil, Deputado Tut, Deputado Pedro Satélite, que precisa fazer alguns buracos nela para ficar melhor, porque ela é uma estrada líquida.

Nós precisamos entender que esse sistema de transporte, ou faz a adequação do rio ao barco, como foi feito no Rio Reno, como está sendo feito no Rio Tietê, como está sendo feito em São Simão, ou se faz adequação do barco ao rio. O que nós estamos buscando no Rio Paraguai, no trecho Corumbá/Cáceres, é exatamente a adequação do barco ao rio. Não tem absolutamente nenhum método de dragagem, de desvio de canal, não tem absolutamente nada disso! O que o CIH está fazendo com essa empresa que foi contratada por cinco países, um contrato que está sendo financiado por cinco países... Portanto, cinco Presidentes da República! E nós não podemos dizer que os cinco países são irresponsáveis, que a Bolívia, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai... Existe um financiamento do Banco Mundial exatamente para se fazer um estudo do impacto ambiental.

O que ocorre é que o primeiro parecer já deu um indicativo favorável. E sabem aqueles que vinham questionando contra, que quando concluir esse parecer, que é técnico, que é científico, essas pessoas vão perder o argumento da discussão. Elas vão perder o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

argumento da discussão. E por isso não querem que faça um estudo, porque o que está impedindo é o estudo, não é a ocupação do rio!

Afinal, a hidrovia está navegando sem nenhum problema, sem causar nenhum prejuízo, Deputado Humberto Bosaipo. Então, é isso que nos incomoda mais, é isso que preocupa mais este Estado. E nós estamos tentando buscar alternativas de desenvolvimento, mas com o preço do custo do frete que nós pagamos não é possível o nosso desenvolvimento! Nós vamos continuar sempre, Deputado Humberto Bosaipo, produzindo arroz aqui, entregando para a CONAB...

A SR^a PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Apenas para informar ao nobre Deputado José Lacerda que o seu tempo de aparte se encontra esgotado.

O Sr. José Lacerda - Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Deputado José Lacerda, eu ainda quero conceder mais um aparte a V. Ex^a, faltam-me ainda dez minutos e vai dar tempo.

Aproveitando a valiosa contribuição de conhecimento que V. Ex^a tem da Região Centro-Oeste, nós queremos lembrar que a construção da Barragem do Pantanal, da Camargo Corrêa, essa, sim, foi prejudicial ao ecossistema pantaneiro. Obviamente que a construção da Usina do Manso, lançada aqui pela ELETRONORTE, pelo Governador do Estado, há de perquirir se o Relatório de Impacto Ambiental também não prejudicará a Bacia Pantaneira e, nesse aspecto, já há estudiosos aqui na região com esse estudo feito. Inclusive a ilustre Desembargadora Shelma Lombardi de Kato já teve oportunidade, nesta Casa, de falar sobre o assunto.

Mas, o que mais nos preocupa, além dessas questões dos portos, além das questões das hidrovias, nobre Deputado José Lacerda, é que agora Mato Grosso abre-se para o MERCOSUL, nós não podemos fechar - em hipótese alguma - essa porta do desenvolvimento do Estado. O Estado não pode viver apenas pagando...

O Sr. José Lacerda - V. Ex^a me permite mais um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Só para concluir o meu raciocínio.

...pagando fretes caríssimos e encarecendo o produto, inclusive da matéria-prima que sai daqui, industrializa e volta. V. Ex^a falou na analogia: "O homem e o barco, o homem e a embarcação." Eu repito, nesta Casa, a exemplo de que V. Ex^a citou das pessoas que estudavam fora usando a hidrovia no Araguaia e também no Tocantins.

Há 40 anos atrás, nós já fazíamos isso, quando levávamos para Belém do Pará, aqui de Barra do Garças, de Cocalinho, de Araguaiana, de São Felix, de Luciara, de Santa Terezinha, de Conceição do Araguaia, de Marabá, pelo Tocantins, nós levávamos os mariscos, que eram permitidos por lei na época, couros de lontra, de jacaré e trazíamos de lá...

A SR^a PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado José Riva que reassuma a Presidência.

(O SR. DEPUTADO JOSÉ RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA, ÀS 09:54 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu dizia, Deputado, que nós levávamos o couro da lontra, o couro do jacaré, o couro do javali, inclusive a carne defumada e trazíamos de lá o quê? A espoleta, a pólvora, o remédio, o açúcar, o sal, por toda região e nunca houve, ilustre Deputado, uma agressão maior, porque o homem convivia com a natureza.

Ouçõ novamente V. Ex^a.

O Sr. José Lacerda - Deputado, o que eu não consigo entender, também, é a contradição interna do próprio Governo Central. Eu tenho aqui em mãos uma declaração de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Cuiabá, cuja declaração foi firmada na Terceira Conferência Internacional Empresarial Interparlamentar, aqui na Federação da Indústria, que eu tive a oportunidade de ser o Presidente dessa Conferência. Este documento está assinado exatamente pelo Ministro do Transporte da República Federativa do Brasil, Odacyr Klein, pelo Ministro de Obras da República do Chile, Ricardo Lagos; dos Transporte da República da Bolívia, Fred Todovichi, e pelo Ministro dos Transporte e de Obras da República do Paraguai, Hugo Gomes, exatamente tratando sobre o interesse dessa questão da hidrovía, da questão dessa estrada do Pacífico, e hoje somos pegos de surpresa com um documento do Ministério de Relações Exteriores suspendendo os estudos de um documento que já foi firmado anteriormente por cinco países. Unilateralmente, o Brasil exclui a parte brasileira.

Então, eu acredito que esse encontro do Centro-Oeste vai ser extremamente importante para Mato Grosso, para o Centro-Oeste brasileiro e para o Brasil, conseqüentemente, porque o Centro-Oeste é uma região muito rica do Brasil e Mato Grosso é um Estado potencialmente, em termos econômicos, em termos de produção, de produtividade e em capacidade de transformações industrial muito grande, mas há a necessidade de ter o direito de poder operacionalizar os seus custos finais com um preço mais barato.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ilustre Deputado, realmente V. Ex^a tem toda razão.

Eu estava, durante esta madrugada, assistindo ao *AMAZON SAT*, pela parabólica, e vi que eles fazem um trabalho muito bem coordenado com o Acre, com Rondônia, com o Amazonas, com o Pará, com Roraima, de divulgação inclusive dos produtos industrializados, das produções desses Estados. Eles querem, inclusive, o intercâmbio. E nós fazemos parte da Amazônia Legal e teríamos que estar fazendo a mesma coisa, mostrando a potencialidade do Estado, principalmente a potencialidade turística, que é o que nós estamos assistindo.

O Sr. José Lacerda - Deputado, eu me lembro de um escritor que dizia que nem tudo que se pinta de verde, é floresta. Se V. Ex^a pintar um caminhão de verde, ele nunca vai ser floresta...

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência informa ao nobre Deputado Humberto Bosaipo que dispõe de três minutos para encerrar o pronunciamento.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço o ilustre Deputado, e agradeço a participação do debate com o Deputado José Lacerda, dizendo que esse encontro estadual, aliás, vai ser o Encontro da região Centro-Oeste, dos Deputados Estaduais, certamente com a presença dos Deputados Federais, Senadores e Governadores, aqui no próximo mês de maio - é de vital importância para todas as Bancadas Partidárias. Então, que convidem seus Deputados. Nós vamos passar o cronograma, discutir, fazer uma Comissão Suprapartidária para trazermos para Cuiabá, para Mato Grosso, o Encontro Estadual dos Deputados Estaduais da Região Centro-Oeste para tratar de assuntos pertinentes a Mato Grosso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, tendo em vista que as Indicações apresentadas já são de conhecimento dos Srs. Deputados, solicito que sejam votadas englobadamente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Humberto Bosaipo. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão todas as Indicações apresentadas no mês de fevereiro. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

O Sr. Ricarte de Freitas - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. RICARTE DE FREITAS - Sr. Presidente, solicito à Mesa que determine à Assessoria da Casa que seja feito um levantamento dos Requerimentos de Informação feitos pelos Srs. Deputados em plenário e não respondidos pelo Governo, para que a Assembléia tome as providências necessárias no sentido de exigir a ação competente, pela questão da responsabilidade.

Afinal, é brincadeira, Sr. Presidente! Tem requerimento do ano passado que até hoje não foi respondido, não foi dado a esses requerimentos nenhum tratamento de respeito com relação às informações solicitadas pelos Srs. Deputados. Eu tenho um Requerimento de minha autoria, à CEMAT, do mês de novembro do ano passado, que até agora não foi respondido.

Eu acho que a Mesa precisa ter um critério. A minha sugestão, até se for o caso, é designar alguém no sentido de checar e cobrar para ver de quem é a responsabilidade pela não resposta dos requerimentos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - Determino à Secretaria de Serviços Legislativos que tome as providências para a cobrança dos requerimentos que estão sem resposta. Porém, queremos adiantar que nós nos encontramos desde novembro sem apreciar os respectivos requerimentos.

Registramos, com satisfação, a presença nas galerias, a pedido do nobre Deputado Humberto Bosaipo, do Prefeito de Pontes e Lacerda, o Sr. Décio Maniçoba.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Professor Fernando Nogueira, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, pela posse à frente dessa respeitável Instituição.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente Regional de Odontologia e ao Presidente do Sindicato de Odontologistas do Estado de Mato Grosso, pela passagem do dia do Cirurgião Dentista, no dia 25 de outubro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA e ao Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Mato Grosso, pela passagem do dia do Engenheiro Agrônomo, no último dia 12 de outubro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao funcionários do Arquivo Geral do Estado e ao Instituto de Memória do Poder Legislativo, pela passagem do dia do Arquivista, dia 20 de outubro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente do Tribunal de Contas, Des. Licínio Carpinelli Stefani, pela implantação do Serviço de Atendimento Imediato a acidentes de trânsito-SAI.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Paulo Moura, à Professora Luzia Guimarães, ex-Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, pela brilhante gestão à frente dessa Universidade.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente do Tribunal de Contas, Desembargador Licínio Carpinelli Stefani, e ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente-FEMA, Sr. Frederico Guilherme Muller, pela implantação do Juizado Volante do Meio Ambiente-JUVAM, primeiro juizado móvel volante no País.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Paulo Moura, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na pessoa do Sr. Carlos Roberto Samartini Dias, Diretor Regional daquela Empresa, pela assinatura de convênios com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado e com a Associação Mato-grossense dos Deficientes Físicos .

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulação, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente da Fundação Beneficente “Siminino”, Sr. José Duarte, e ao Comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, pela passagem do 2º aniversário de criação do Projeto “Siminino”.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, ao Poder Executivo, na pessoa do Presidente do DVOP, Sr. Vitor Cândia, solicitando informações sobre a construção do Porto da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Em discussão o Requerimento...

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Roberto Nunes...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, antes que o Deputado Roberto Nunes discuta a matéria, eu solicito a palavra, para uma questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma questão de Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu quero requerer à Mesa, verbalmente, que esta Assembléia, a partir de agora, se reúna, se considerasse reunida,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

permanentemente, até nós votarmos o Orçamento do Estado. Se nesta Sessão agora, pela manhã, não puder, já discutimos o Orçamento, então, que V. Ex^a marque, logo após o término desta, Sessão extraordinária para que nós pudéssemos, já, votar o Orçamento. Uma vez que já fizemos Audiência Pública com o Fórum Sindical, já nos entendemos no Colégio de Líderes, já foram apresentadas, aqui, mais de 62 emendas e não há mais justificativa, porque a Pauta está aberta, para não votarmos o Orçamento.

Então, o Requerimento que eu faço a V. Ex^a é para que os Deputados fiquem em reunião permanente até a votação do Orçamento de 1997. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Nós informamos que a Presidência reunirá o Colégio de Líderes, tão logo termine a apreciação dos Requerimentos e Moções, com a intenção de levar em consideração o pedido da questão de Ordem do nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Moisés Feltrin - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, fazendo das palavras do Deputado Humberto Bosaipo as nossas, no sentido de que realmente haja uma vigília permanente aqui, e nós estamos dispostos - inclusive já demos entrevista a esse respeito, nesta manhã - a Bancada de Oposição com assento nesta Casa, a União por Mato Grosso, tenho certeza que vai estar aqui, desde que V. Ex^a, como Presidente deste Poder, convoque este Parlamento. A Bancada da União por Mato Grosso estará aqui presente, dia e noite, até que seja aprovado o Orçamento, que é tão importante para o Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE - Agradecemos a manifestação do Líder da União por Mato Grosso e queremos dizer que esse já era o pensamento da Mesa Diretora, agora muito mais fortalecido com a posição de V. Ex^a.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Desisto da discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Continua em discussão o Requerimento...

O Sr. José Lacerda - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado José Lacerda, que dispõe de quarenta.

O SR. JOSÉ LACERDA - Eu gostaria de fazer uma - não é nem para discutir, Deputada Serys Slhessarenko - sugestão a V. Ex^a. Eu sugiro que V. Ex^a não encaminhe esse Requerimento ao DVOP, porque o DVOP não vai ter as informações para passar a V. Ex^a. Quem vai ter é exatamente a IPAR. Então, sugiro que V. Ex^a o retire de Pauta e faça a substituição, porque o DVOP não faz a concessão de portos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de informação, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, à CEMAT, solicitando informações relativas às medidas planejadas e tomadas para garantir o suprimento de energia em Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Requerimento de Informações, de autoria do Deputado Paulo Moura ao Secretário de Fazenda, solicitando o demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa acumulada de janeiro a julho/96, contendo valor autorizado e liquidado.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro ao Secretário-chefe da Casa Civil, solicitando qual o Orçamento anual destinado ao Escritório de Representação do Estado de Mato Grosso - ERMAT/Brasília, no ano de 1995, 1996 e 1997.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Paulo Moura ao Governo do Estado, solicitando relação de todos os terrenos pertencentes à extinta COHAB, especificando sua localização e área.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Secretário de Fazenda, solicitando demonstrativo da Receita vinculada à função educacional, no período de outubro/95 à agosto/96, de acordo com os Arts. 245 e 246 da Constituição.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Secretário de Saúde e ao Presidente do Centro de Reabilitação D. Aquino Corrêa, solicitando qual o trabalho do ônibus pertencente ao Centro de Reabilitação de Dom Aquino Corrêa, do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Paulo Moura ao Secretário de Planejamento, solicitando demonstrativo da aplicação de 2% da Receita Tributária a favor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso - FAPEMAT.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Romoaldo Júnior ao Secretário de Educação, solicitando a destinação de materiais de uso permanente a cada escola Estadual de Alta Floresta.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informações, de autoria do Deputado André Bringsken, à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, solicitando explicação do porquê de não estar inserido nos princípios norteadores do Sistema Único de Educação Básica um Projeto para a Educação Especial.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, solicitando relatório completo sobre a situação atual do inquérito aberto quando do atentado sofrido pelo Dr. Fernando Nogueira, então candidato a Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Eliene, ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso - SANEMAT, solicitando informações sobre as providências que têm sido tomadas no sentido de resolver o problema da falta de água no bairro Jardim Vitória.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo ao Secretário de Fazenda, solicitando informações sobre a relação dos 100 (cem) maiores contribuintes em termos de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informações, de autoria do Deputado José Riva ao Secretário de Estado de Fazenda, solicitando o valor dos débitos relativos aos juros dos salários pagos em atraso aos profissionais da educação.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Convocação, de autoria da Deputadao Serys Silhessarenko, convocando Sessão Especial para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 03 de março de 1997.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Chico Daltro ao Exm^o Sr. Governador do Estado, solicitando cópias dos Contratos de Prestação de Serviço firmado entre os órgãos governamentais e a TV *GAZETA*, Rádio *Gazeta* e o Jornal *Gazeta*, bem como os contratos da DMD - Associados e, em especial, da SECOM.

Em discussão...

O Sr. Chico Daltro - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Chico Daltro.

O SR. CHICO DALTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi para discutir este Requerimento porque julgo de fundamental importância essa solicitação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Nós estamos acompanhando, nos últimos dias, uma tentativa explícita por parte dos órgãos de comunicação deste Grupo, o Grupo *Gazeta*, de manipular a verdade dos fatos com a intenção clara e determinada de direcionar os seus interesses políticos dentro do Governo do Estado e também no meio político do Estado de Mato Grosso.

Nós não estamos aqui para nos sentir amedrontados com esse tipo de demanda por algum órgão de Imprensa. Por quê? Porque nós não construímos a nossa carreira política através de microfone, de telas e nem de jornais. Nós a construímos na luta e principalmente na luta dos trabalhadores. Portanto, nós temos acompanhado com muita tranquilidade, após a nossa participação no Programa *Terceiro Mundo*, em que os entrevistadores não respeitam o limite de direito do entrevistado e querem forçar o entrevistado a falar, a responder o que eles julgam cabível para os questionamentos que eles estão fazendo. Provocando confrontos entre o entrevistado e principalmente o Governo do Estado, para que depois - ao que nos parece - ir vender a defesa do Governo através dos seus órgãos de comunicação.

Nós não vamos ficar calados diante disso. Por quê? No dia de ontem, nós demos uma entrevista oficial, pessoalmente, colocando a situação do tema da representação política do Bloco Parlamentar do Governo. Falamos com o jornalista que foi publicar a matéria e que V. Ex^a, Sr. Presidente, como os demais membros do Bloco Democracia, que participaram da reunião com o Governador do Estado, que ao colocar o entendimento de apoio não solicitou, não indicou nome de cargo nenhum para ser oferecido ao Bloco, nem indicou nome de Deputado nenhum para ocupar cargo no Governo. O próprio Governador colocou que uma participação, uma representação política desse Bloco ele poderia colocar em pauta e, quando colocar, se colocar, os Deputados vão avaliar se é conveniente, se deve ocupar e através de quem.

Portanto, publicaram uma matéria ontem. Qual é a surpresa de hoje, no mesmo jornal, no jornal *A Gazeta*? Uma matéria mentirosa, fabricada, manipulada, dizendo que este Bloco solicitou nome de cargo, depois nome de Deputado, e nós não vamos ficar aqui calados, diante disso. Afinal, a imprensa tem todo direito de explorar qualquer notícia, de informar, mas não tem o direito de manipular nenhum fato para tentar coagir quem quer que seja!

Nós - como dizem eles nos programas da TV, como escrevem nos jornais, e o papel aceita tudo, também dizem na emissora de rádio desse grupo - também temos conversa de corredores, de que esse grupo encontra-se privilegiado dentro do Governo. Faturando mais do que os outros órgão de imprensa, principalmente quando a imprensa do interior “fica na seca” o ano inteiro, sem receber pela prestação dos seus serviços, esse grupo é privilegiado: recebe primeiro, e valores mais altos! A troca de quê?

Esse grupo está sempre querendo ingerir nos assuntos do meio político. É um grupo que, me parece, quer nomear governo do Estado, governo de cidade, governo do Poder Legislativo Municipal, Estadual, e nós temos que dar um basta nisso. Até porque parece que esse grupo é um amuleto do azar e não da sorte! Porque na primeira eleição da Mesa Diretora, há dois anos atrás, ele investiu e terminou a outra Chapa sendo vencedora. Na eleição desta Mesa, a mesma coisa; a ponto de fazer editorial, querendo interferir na eleição de Mesa Diretora, e perdeu também esse grupo. Na Câmara Municipal de Cuiabá, aconteceu a mesma coisa.

Ora, a imprensa é para informar, analisar, é para veicular ou é para manipular e tentar influenciar os poderes públicos constituídos? Que resultado esse grupo de imprensa quer obter de Governo de Estado, da Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal,

da Prefeitura? Qual é a intenção? É o relacionamento de imprensa? Ou é o relacionamento de sociedade? Nós estamos aqui para questionar isso.

Portanto, apresento esse Requerimento e solicito aos Srs. Deputados que, democraticamente, aprovem esse Requerimento para que esses documentos cheguem ao conhecimento público, principalmente deste Plenário, para que, analisando, se estiver correto, eu virei aqui nesta tribuna dizer que reconheço a correção dos contratos do Grupo Gazeta, bem como da sua empresa de publicidade e gráfica. Mas, se comprovarmos esses comentários que correm por aí nos corredores da própria imprensa, nós, baseados nas comparações desses contratos, com os contratos dos demais órgãos de imprensa, nós haveremos de solicitar a reapresentação da CPI da SECOM, solicitada pela Deputada Zilda ou apresentar um novo pedido de CPI.

Nós também temos o direito de investigar e fiscalizar esses relacionamentos de imprensa com o Governo. Não é uma coisa acima de todos, como se fosse até acima de Deus. Essa é uma questão clara, não podemos deixar o órgão de imprensa manipular e vir aqui malhar, querer espezinhar a figura dos Deputados, dos Vereadores, dos Prefeitos, para abarganhar a veiculação de notícias. Vamos verificar lá! Os piores salários pagos aos profissionais da imprensa são os desse grupo. Exploram o trabalhador, o profissional de imprensa e vem querer discutir, vem querer malhar salário, querer malhar a forma de pagamento da folha salarial de Poderes constituídos.

Tem que haver um respeito, há um limite em que é garantido o direito de qualquer entrevistado, quando ele coloca a sua resposta, ele pode ser reabordado uma vez, duas vezes, três vezes, mas aí o entrevistador tem que ter o respeito pelo direito de resposta que o entrevistado tem de exercer e não passar uma hora, duas horas, tentando induzir, tentando provocar a resposta que eles mais gostam, para provocar o atrito entre os Poderes para depois, talvez, ir vender a defesa daquele que tem condições de pagar mais caro. Nós estamos questionando isso...

O Sr. Pedro Satélite - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. CHICO DALTRO - Nós queremos ver se todos os órgãos de imprensa da Capital e do interior estão sendo tratados com igualdade, com equilíbrio pelos órgãos governamentais.

Um grupo de comunicação talvez tenha conseguido indicar Secretários de Estado, mas daí a querer indicar dirigentes de Poderes há um limite grande demais... E nós vamos nos reagir contra isso.

Não temos medo de encarar, não. Nossa carreira política, nossos apoiadores políticos não nos apóiam através de órgãos de imprensa, mas nos apóiam pelo nosso trabalho direto na comunidade...

O Sr. Pedro Satélite - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. CHICO DALTRO - Concedo o aparte ao nobre Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Pedro Satélite - Deputado Chico Daltro, Sr. Presidente, nobres pares, realmente, deve existir um equívoco. Para começar, nós entendemos que existem interesses por trás e que muitos, quem sabe algumas pessoas que fazem parte do nosso Governo da Frente Cidadania e Desenvolvimento, torcem para que esse Bloco dê em nada. Mas eu quero aqui deixar bem claro, deixar registrado que esse Bloco é rocha, é firme, que veio realmente para ficar e vai ficar!

Essa questão na Imprensa, eu acho que está totalmente distorcida. Nós nunca reivindicamos nada. Nós até teríamos direito, Deputado Chico, mas isso não foi feito, porque esse Bloco faz parte da sustentação ao Governo e não seria nada mais do que justo se o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Governo nos oferecesse. Agora, nós jamais iremos pedir uma Secretaria ou outra coisa em troca do apoio, porque esse apoio do Bloco nós é que levamos ao Governo. Nós entendemos que é importante a nossa responsabilidade para o Estado de Mato Grosso e que se dê sustentação ao Governo.

Seria muito fácil para nós “batermos” no Governo, mas não queremos dessa maneira. Inclusive, o Bloco Novo Mato Grosso, formado já por 27 ou 28 prefeitos, que com certeza irão somar muito mais do que esses, tem o mesmo objetivo: somar esforços para conseguir, em conjunto, reivindicar as ações. O objetivo desse Bloco é para que nós tenhamos um mínimo de respeito, onde muitas vezes não fomos respeitados e que colocavam na imprensa, no jornal, a respeito de alguns Secretários que nunca saíram às ruas para pedir um voto e que simplesmente não atendem ao parlamentar. Às vezes, chega um prefeito, um vereador, que está a mil quilômetros daqui, do interior, chegando aqui, tem que marcar audiência e permanecer por dois ou três dias para falar com um Secretário, o que nós entendemos que é um absurdo.

O que nós queremos, realmente, é o mesmo tratamento que damos ao Governo. Nós, Deputados, queremos esse tratamento também.

Então, realmente, Deputado Chico Daltró, está havendo um equívoco muito grande. E digo mais: o povo de Mato Grosso está politizado. E aí daquele Prefeito, daquele Vereador, daquele Deputado, daquele Senador que não pensar como nós. De nada adianta, hoje, vir aqui criticar, dizendo que o Governo não está dando certo. Aceito quando é uma crítica construtiva, quando existem erros. Falaram isso lá em Juara aos Senadores presentes, inclusive ao Júlio Campos, de que o recurso do Governo federal é aprovado por lá. “Ora, então, que mandem dinheiro para fechar os buracos, para arrumar o asfalto, se o dinheiro está lá.” Ao que o Senador Júlio Campos, num pronunciamento em Lucas do Rio Verde, falou - e falou muito bem: “Lá em Brasília tudo é negociado. Nós negociamos! Inclusive, vamos negociar o voto da reeleição para conseguirmos recursos para a BR-163!” Ora, e depois chega e diz que o Governo é incompetente, que faz isso e aquilo.

Eu não estou querendo misturar as coisas, Deputado. É apenas para explicar. Eu acho que a responsabilidade é de cada Parlamentar. Essa política atrasada, medíocre, de só bater, bater, ser Oposição e não fazer nada, eu não aceito! Eu, pelo menos, não aceito!

No Governo Jaime Campos, nós mostramos, quando por sessenta dias aqui assumimos a nossa maturidade política ao reivindicarmos ações para a nossa região. Eu acho que a coisa está mudando, inclusive neste Parlamento, quanto ao respeito que todos os Deputados têm aqui. Não temos nada a falar, porque realmente as coisas mudaram.

E eu acho que a Imprensa também deve respeitar a nossa opinião, a nossa vontade, porque a nossa vontade é a vontade do povo. O povo é quem nos cobra nas ruas e quer nos ver agir dessa forma. E entendemos ser correta a maneira como agimos. Muito obrigado!

O SR. CHICO DALTRÓ - Obrigado, Deputado Pedro Satélite, pelo brilhante aparte.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que essas manobras não nos assustam. Até chega a ser cômica essa fabricação. Quando pensam que vão me atingir com uma matéria, utilizam uma foto de uns quinze anos, porque pensam que a imagem da foto não é atual, não é uma foto minha, como Deputado - e eles têm, no arquivo, fotos minhas como Deputado. Se vão veicular uma matéria hoje, quando eu exerço um mandato, eu tenho o direito, inclusive, de definir qual imagem minha que será veiculada. Mas eu não tenho esse problema! Quanto mais eu estiver mal falado por esses órgãos do Governo, melhor. Sabem por quê? Porque esse

pessoal não sai daqui de Cuiabá, não entra pelo interior, não conversa com lideranças políticas, com lideranças populares, não vão apurar o pensamento do povo nas ruas, mas gostam de escrever: “O povo está de olho.” O povo isso, o povo aquilo. O povo não me conhece! Quem me conhece, não me conhece por foto de jornal. Quem me conhece pessoalmente, sabe quem eu sou. E quem me conheceu pessoalmente, concedeu-me um mandato para eu estar aqui como Deputado Estadual. E isso, eu quero, realmente, contestar, inclusive nesse grupo.

Tem uma outra coisa grave que vou apurar nos bastidores. Há comentários por aí de que dirigentes desse grupo estavam abordando Deputados aqui, fazendo ofertas para direcionar voto de Deputados para Presidente da Mesa nessa última eleição. Vamos apurar isso. E se eu conseguir alguma informação, alguma prova disso, irei colocar aqui, claro, em público, porque essa é uma situação que nós não podemos ficar alheios.

Nos bastidores fazem uma coisa, mas quando publicam, publicam o contrário. Publicam o contrário, querendo manipular a opinião pública, querendo atacar as pessoas que entendem que não estão servindo aos interesses do seu grupo. E nós vamos encarar isso. Vamos encarar isso, porque nós não temos medo do que escrevem, do que publicam. Nós temos o nosso relacionamento pessoal, cara-a-cara, com as pessoas em cada Município deste Estado.

E é através do nosso comportamento pessoal, diante das pessoas, que elas têm a oportunidade de fazer juízo sobre o nosso comportamento. Por isso, não temos medo de encarar. Queremos estar nessas telas, nessas folhas, nesses microfones. Venham do jeito que vierem, que nós temos a coragem de encarar. Nós temos a disposição de fazer um debate com o que publicarem diretamente com a comunidade, diretamente com as pessoas, diretamente com as lideranças. Não vamos nos dobrar a isso, não.

Se ficaram insatisfeitos, porque segunda-feira tentaram, por mais de duas horas, fazer com que eu falasse nos microfones da TV o que eles entendiam que eu devia falar, vão continuar insatisfeitos! Não conseguiram me deixar exaltado? Problema deles! Irritaram os telespectadores, perdendo a audiência, porque não saíram da mesma pergunta, porque não respeitaram o meu direito de responder, porque entendiam que eu deveria responder e não passaram para outros temas, passaram duas horas “moendo cana” com uma pergunta só. Eles perderam a audiência, mas eu não perdi os meus relacionamentos pessoais com as lideranças, como eu tenho o meu relacionamento pessoal.

Não adianta, eles têm que respeitar o entrevistado. Perguntou? O entrevistado tem o direito de dar a resposta que quiser. E eles têm que conduzir a entrevista, respeitando a resposta do entrevistado, porque quem vai avaliar essa resposta é a opinião pública, é ouvinte, é o leitor, é o telespectador e não o dirigente do órgão de imprensa que acha que a resposta deveria ser “assim ou assado”. Tem que respeitar o entrevistado. E quantas vezes eu for entrevistado, por qualquer órgão da imprensa, especialmente por esse Grupo, eu lá colocarei as minhas posições, não vou me dobrar a interesse desse ou daquele, através dos microfones, das folhas e das telas deles. Podem provocar quem quer que seja, confrontar com quem quer que seja, se eu não tiver a convicção formada de que eu deva me manifestar a respeito de qualquer Poder constituído, ou de qualquer assunto.

O Sr. Eliene - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CHICO DALTRO - Eu concedo, neste momento, um aparte ao Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Quero parabenizá-lo pela coragem, Deputado Chico Daltro, porque eu acho que, realmente, nós temos que começar a nos posicionar quando não existe a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

posição da verdade em alguns órgãos da imprensa. Não quero destacar, aqui, “a”, “b”, “c” ou “d”, mas da mesma forma que eles têm a versão e querem dirigir a verdade deles, nós também estamos, aqui, como representantes do povo para também colocar a nossa posição.

E, hoje, lendo esse artigo do Jornal *A Gazeta*, dizendo que o Bloco está trocando aquela posição que havia definido por cargos, eu, pelo menos, me senti traído pelo Bloco, porque não tinha tido ainda essa informação. Mas, como V. Ex^a vem aos microfones da Assembléia e coloca essa posição, eu quero parabenizá-lo, porque nós temos realmente que ter a coragem de cobrar a verdade, porque a verdade tem que ser dita, temos conhecimento de companheiros da imprensa, profissionais responsáveis que, às vezes, ficam manchados em função de um ou outro que faltam com a verdade.

Eu estou de acordo com V. Ex^a, eu acho que nós temos que cobrar do Governo realmente, inclusive a posição que ele tem com relação à SECOM.

Eram essa as minhas palavras e conte comigo quando for para apurar a verdade aqui nesta Casa.

O SR. CHICO DALTRO - Eu agradeço o aparte, Deputado Eliene, e é preciso dizer que essa é um situação que geralmente alguns gostam de falar: “Ah, não briga com a imprensa, porque só dá prejuízo...” No meu caso eu não vejo isso. Qual é o prejuízo? O que não pode é ficarmos todos aqui calados, à mercê de interesse de órgão de imprensa.

Eu volto a falar: nós queremos comparar os contratos que esse Grupo tem no Governo com os demais órgãos da imprensa da Capital e do interior, porque as notícias são as piores possíveis, que há uma discriminação total. Inclusive, outro dia vieram me dizer: “Deputado, pede para o Governo incluir no programa de privatização o Grupo *Gazeta*, que é mais Governo do que *O Diário Oficial*”. Então, nós vamos verificar isso. Nós queremos ver se a relação desse Grupo com o Governo é só de imprensa ou se é comercial. Pelos valores, comparados entre todos, nós poderemos verificar isso.

Portanto, não vou ficar calado enquanto - no relacionamento que eu tenho, como Deputado, com o Governo e com os assuntos políticos deste Estado - eu vier a ser explorado, perseguido, com a tentativa de me atingir por este ou qualquer outro órgão de imprensa.

Não tenho essa preocupação. Não tenho! Não tenho receio de pegar e estampar essas notícias pessoalmente, frente a frente, com todas as pessoas que me conhecem neste Estado, para colocar a minha posição, a minha informação.

Fui a um programa ao vivo, me coloquei da forma como entendi que deveria e não tive preocupação de sair por aí avaliando se ganhei da TV ou se a TV ganhou de mim, se fui bem ou se fui mal. Eu me expressei. No entanto, no outro dia gastaram toda uma coluna de apartes, de um outro órgão, não a TV, para tentar passar à opinião pública o que eles entenderam - se o desempenho foi bom ou negativo. No dia seguinte, no Jornal da Manhã da TV, fizeram um editorial dizendo que fui mal no programa *Terceiro Mundo*. No jornal, gastaram uma página inteira para passar a idéia de que fui mal no programa.

Qual é a preocupação com isso? É uma necessidade de auto-afirmação desse grupo de imprensa? Por quê? Querem criar uma imagem? Participar de um programa de um órgão de imprensa desse grupo é um calvário. Você vai para uma batalha. Você vai para quê? Vai para um catafalco? Vai para uma guilhotina?

Ninguém deve ter medo disso aí, não. Ninguém! Porque as posições, as idéias que eu coloquei e coloco pela imprensa eu coloco nesta Tribuna, nos palanques, nas reuniões da comunidade e no dia-a-dia com o meu encontro com os cidadãos homens e mulheres deste Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Portanto, peço aos Srs. Deputados a aprovação desse Requerimento. Esses que querem viver de notícia “em cima da camisa” dos políticos, vamos ver como eles estão se relacionando com o Poder Público. Na boca deles tudo é permitido, para a tinta da caneta deles tudo é permitido, até na linguagem deles tudo é permitido. Vamos apurar como eles se comportam também. E vamos dizer... Pode ser que não consigamos atingir, de uma hora só, tantas pessoas, mas ao longo da nossa caminhada rua por rua, bairro por bairro, cidade por cidade, nós haveremos de colocar, e quantos ouvidos conseguirmos atingir serão cabeças que poderão pesar as informações para ir definir, como pela sua opinião de povo, qual é a posição mais verdadeira, mas equilibrada.

E é neste sentido, Srs. Deputados, que apresento este Requerimento. A avaliação desses contratos poderá fazer como que eu venha aqui reconhecer que o relacionamento é um relacionamento equilibrado, normal, mas, se não for, nós estaremos pedindo aqui a agilização nesta pauta do Requerimento da CPI da SECOM apresentado pela Deputada Zilda e aí nós iremos mais a fundo. É neste sentido que nós estamos aqui. Se fazem dos seus microfones, canetas e telas, a voz de interesses colocados no Governo do Estado, nós iremos apurar e mostrar também à população o que se passa nos bastidores deste grupo de comunicação, que acha que já é dono de Mato Grosso. Alto lá! Vai trabalhar, porque não tem incumbência do povo para estar nomeando Prefeito, Governador, Secretário de Estado, Presidente de Câmara e de Assembléia, coisa nenhuma. Vamos trazer esse debate à opinião pública para esclarecer esses fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e espero que os Srs. Deputados aprovelem esse Requerimento para vermos como andam os bastidores do lado de lá e não ficar só recebendo apedrejamento em cima de nós.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Requerimento...

O Sr. José Lacerda - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Para discutir, o nobre Deputado José Lacerda.

Antes, porém, queremos anunciar com satisfação a presença em Plenário do Vereador Val, Presidente da Câmara Municipal de Terra Nova, e do Prefeito de Denise, Mário Lemos. Muito obrigado.

Indago ao nobre Deputado José Lacerda se ele vai discutir o Requerimento e, em assentindo, informo que o mesmo dispõe de 40 minutos para discussão.

O SR. JOSÉ LACERDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ouvi atentamente a discussão do Deputado Chico Daltró e quero, Deputado Chico Daltró, dizer a V. Ex^a que o Governo do Estado, o Governador Dante de Oliveira não é responsável, pois todas as vezes e quantas vezes forem necessárias ele tem conversado com V. Ex^a e com o Bloco que foi formado.

O Governador não contesta de forma nenhuma, Deputado, a criação desse Bloco e nem tem interesse em destituir esse Bloco, em criar problemas internos entre esse Bloco e o Governo.

Eu acredito que o nobre Deputado Chico Daltró, que tem bastante liberdade com o Governador Dante de Oliveira, que tem bastante acesso ao Governo do Estado, especialmente e também à Secretaria de Comunicação, ao Secretário de Comunicação do Estado, jamais iria negar-lhe uma informação sobre esses contratos não só da GAZETA como de outras empresas de comunicação.

Eu solicitaria do Deputado Chico Daltró, V. Ex^a que é um Deputado que sempre deu sustentação ao Governo, que sempre teve aqui neste plenário uma conduta de fidelidade à Frente de Cidadania, que V. Ex^a pudesse, Deputado, pegar esse contrato

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

solicitando diretamente ao Governador, retirando este Requerimento de V. Ex^a e V. Ex^a teria em mãos todos esses contratos, porque V. Ex^a tem total liberdade com o Governador Dante de Oliveira e também com o Secretário de Comunicação.

Eu acredito que nem o Governador, nem o Secretário de Comunicação irão negar a V. Ex^a - que é, hoje, Líder desse Bloco - e não lhe negaria em outras oportunidades em que V. Ex^a sempre esteve também na Frente de Cidadania e não iria negar a V. Ex^a essa informação.

O Sr. Chico Daltro - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ LACERDA - Vou conceder, nobre Deputado.

Eu acredito que nós não podemos estar entrando em determinados climas que tentam impor, tentando às vezes colocar uma pessoa contra a outra, ou uma situação contra a outra.

Eu acho que nós temos uma representatividade política importante e precisamos compreender e assimilar que isso faz parte do processo político. O processo político nós estamos discutindo no campo das idéias e não no campo das pessoas. E, como nós estamos discutindo no campo das idéias e não no campo das pessoas, quer dizer, eu acredito, Deputado, que nós precisamos conseguir assimilar, entender em determinados momentos... Eu sei que às vezes há alguma angústia, algum incômodo, alguma preocupação, mas eu acho que isso nós precisamos saber superar, ser superior a essas questões menores, porque nós temos problemas muito maiores que estão sendo tratados dentro do Estado.

E para V. Ex^a, que é um Deputado brilhante, que sempre teve uma postura excelente neste Parlamento, eu solicitaria de V. Ex^a, se possível, a retirada do Requerimento de V. Ex^a e que pegasse diretamente na Secretaria de Comunicação a cópia desses documentos, que são de interesse de V. Ex^a e a Constituição Federal, pelo Artigo 5º, lhe assegura esse direito.

Concedo-lhe o aparte.

O Sr. Chico Daltro - Eu agradeço pelo aparte, mas vou informar a V. Ex^a que não retiro o Requerimento, e que eu não estou fazendo requerimento para a pessoa do Governador, no sentido de achar que o Governador está envolvido em alguma coisa. Mas, ele, como Chefe Maior do Governo, deve ter conhecimento de um requerimento que é público, para ele realmente também verificar o comportamento dos seus subordinados no Governo, no relacionamento com quem quer que seja. Porque esses comentários estão por aí sim, em todos os corredores. E aí o Governador vai ter oportunidade, com um requerimento deste, dele determinar uma apuração enérgica desses fatos. É nesse sentido.

E a questão, nobre Deputado, ela vai mais a fundo, porque a questão não é ter um comportamento bom, um comportamento excelente, com prática de subserviência. Não é isso, não. Nosso pensamento não é esse.

E é assim, como há de ter os setores do Governo e o setor de imprensa, o respeito - o respeito - pela imagem pública, pela vida pública. Se tiver um fato concreto na mão, desmoraliza qualquer autoridade!

Passei mais de duas horas no programa! E quiseram me pensar, para que eu dissesse o que eles entendiam que devia ser dito. Ora, me acusaram de um monte de coisa. Mas não apresentaram lá, no vídeo, nenhuma prova concreta de nada! Porque diziam que eu não queria responder, mas eu cansei de falar, cansei, porque eles perguntaram demais!

Eu estou aqui representando um grupo de 09 Deputados, e a pergunta que vocês me fazem eu só posso responder após consultar os outros 08 membros. Eu estou representando alguém. "Mas, o Senhor tem posição?" Posição individual eu tenho, dentro do

grupo. Fora do grupo, apenas depois da avaliação e definição, como uma decisão daquele grupo. Tem que ser respeitada essa posição de representatividade.

Mas, queriam que eu falasse o que eles entendiam que deveria ser dito. Seria o quê? Com qual interesse um órgão de imprensa teria, Deputado José Lacerda, de conflitar um grupo de 09 Deputados com o Governo? Interesse para o Governador não era, porque o Governador se reuniu conosco e solicitou apoio. Esse interesse era para quem? Para quem? Um órgão de imprensa tem interesse de provocar atrito entre o Poder Legislativo e o Governo do Estado? Com que interesse? Nós queremos identificar onde está esse interesse. Dentro do Governo não sabemos se tem alguém interessado nisso, porque o Governador não está interessado, porque nos disse isso pessoalmente, aos 09 Deputados.

Então, não é possível que venha um órgão de imprensa querer colocar posições de Secretário de Estado em relação a nós! Posições de Deputados da Bancada do Governo em relação a nós! No ar, dizendo que quando nós afirmávamos que não havia atrito, nós estávamos querendo mentir, porque havia. Ou respeita a resposta do entrevistado ou então vamos, também, usar a Lei de Imprensa para colocar essas intenções às claras, ou esse órgão de imprensa no lugar devido. Essa é a situação e nós entendemos que com esse Requerimento nós estaremos dando uma grande oportunidade ao Sr. Governador do Estado, para apurar internamente o relacionamento de setores do Governo com órgãos de imprensa e grupos de comunicação no Estado de Mato Grosso. É essa a intenção. Por isso está dirigido ao Governador para que ele faça uma apuração e coloque os fatos esclarecidos à opinião pública. Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. JOSÉ LACERDA - Muito obrigado, Deputado Chico Daltro.

Eu continuo insistindo com V. Ex^a no sentido...

Não estou aqui defendendo o Grupo Gazeta e nem qualquer outro meio de comunicação. Agora, entendo que os profissionais da área às vezes repassam informações recebidas de alguém. Acho que o importante é que solicite desse órgão de comunicação quem foi que passou essa informação a este ou àquele profissional. Eu acredito que os profissionais da área não têm interesse - os meios de comunicação - em prejudicar a pessoa ou esse relacionamento. Às vezes, alguma informação que alguém tenha passado às vezes até...

O Sr. Chico Daltro - V. Ex^a me concede mais um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ LACERDA - ...maliciosamente, e vem, aqui, um profissional desse ou daquele meio de comunicação e tenha repassado essa informação expressa, estampada neste ou naquele jornal.

Concedo mais um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Chico Daltro - Só para dizer o seguinte, Deputado. Qualquer profissional, de qualquer profissão, como também as de imprensa, eles têm obrigações legais e têm que ter responsabilidade e não sair querendo atacar alguém com informações infundadas se eles não tinham concretamente a origem. Por isso o Requerimento procura beber na fonte da informação.

O Sr. Pedro Satélite - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ LACERDA - Perfeitamente, Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Pedro Satélite - Deputado, eu acho que a democracia nos ensina que todos nós temos os mesmos direitos. Quero, aqui, registrar essa questão e relatar um fato que aconteceu, agora, na TV Ourominas, em Matupá. Determinados grupos políticos que mantêm o monopólio da comunicação, realmente usam e abusam e muitas vezes não nos respeitam. Só para V. Ex^a ter uma idéia, Deputado, a BR-163 estava interrompida, com problemas, aquele meio de comunicação vai lá e joga toda a sua cidade, todo povo através da opinião pública,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

que é manipulado pela imprensa local, nos jogando contra eles. Como é que eles fizeram: “Cadê o Deputado aqui da região? Porque o buraco está desse jeito...” E não sei o quê, não sei o quê.

Em primeiro lugar, só para ilustrar, essa BR é federal, não é de competência do Governo do Estado e muito menos do Deputado ir lá fechar buraco. De certo eles queriam que eu pegasse a enxada e fosse lá fazer o trabalho.

Então, eu acho que nós precisamos realmente mostrar à sociedade, ao povo, que nós só queremos respeito. Agora, quando nós estivermos errado, eu acho que a imprensa deve bater, denunciar e fazer. Nós não temos medo, porque procuramos andar corretamente e andar certo. Agora, não concordamos quando somos injustiçados, como eu fui lá. Eu fui pedir direito de resposta, até eu passar uma procuração para o advogado exigir o meu direito de resposta e coisa e tal, o tempo já havia passado. Aí, para poder falar naquele meio de comunicação, só pagando. E quem de nós tem dinheiro para estar pagando imprensa do interior e toda a imprensa da Capital? Nós não temos.

Então, nós queremos transparência, que se fale realmente a verdade. É isso que nós queremos.

O SR. JOSÉ LACERDA - Muito obrigado, nobre Deputado...

O Sr. Roberto Nunes - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ LACERDA - Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Roberto Nunes - Nobre Deputado José Lacerda, primeiramente quero cumprimentar aqui o Deputado Pedro Satélite que, com muita inteligência, colocou aqui que a Imprensa tem que publicar, falar, mostrar aquilo que realmente acontece dentro desta Casa, aquilo que os Srs. Deputados fazem.

Concordo plenamente com V. Ex^a, nobre Deputado, a Imprensa não pode deturpar, de maneira nenhuma, tudo aquilo que acontece dentro deste plenário e fora dele com os Srs. Deputados. Nós somos homens públicos, nós temos o dever de prestar informações de nossa vida particular, de nossa vida política à sociedade. Nós escolhemos isso, então temos que seguir dentro dessa trilha, dentro dessa linha de vida que escolhemos.

Nobre Deputado José Lacerda, eu quero aqui colocar que sou, particularmente, a não ser que V. Ex^a tenha um outro pensamento, eu sou favorável a esse Requerimento de autoria do Deputado Chico Daltro. Sou favorável, Deputado José Lacerda, porque eu não tenho motivo para temer pelos dados sobre os contratos que foram firmados entre o Governo e a imprensa mato-grossense. Não existe monopólio que comanda a imprensa aqui em Mato Grosso, porque aqui nós temos a Rádio Gazeta, a TV Gazeta, a Rádio A Voz do Oeste, Rádio Cultura, Rádio Difusora, o jornal *A GAZETA*, *Folha do Estado*, *Diário de Cuiabá*, *A Crítica*, e muitos outros que tem por aí. Então, não há o que se temer.

Sei bem o que ocorreu e o que está ocorrendo diante dos fatos aqui apresentados pelo Deputado Chico Daltro.

Agora, nobre Deputado José Lacerda, se votarmos aqui contra o Requerimento, estaremos querendo esconder alguma coisa. Eu sei que não temos o que esconder. Tudo foi feito corretamente dentro da legalidade.

Então, eu sugiro a V. Ex^a, como Vice-Líder do Governo, a não ser que V. Ex^a tenha um posicionamento, um pensamento contrário ao meu que possa me convencer, que votemos favoravelmente a esse Requerimento, Deputado.

Mais ainda, Deputado: hoje, pela manhã, eu estava escutando uma entrevista de dois Deputados pela *Rádio Gazeta*, e houve um ponto de vista dos nobres Deputados e houve o comentário dos dois entrevistadores, que disseram que discordavam do ponto de vista

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

do Deputado ter votado pelo arquivamento da CPI do BEMAT, como eu discordo de alguns Deputados que se dizem representantes sindicais, representantes da categoria, e não estarem aqui para votar contra esse arquivamento. Amanhã isso sai na Imprensa, e aí vem a perseguição!

Eu quero aqui parabenizar *A Gazeta*, a *Folha do Estado*, o *Diário de Cuiabá*, enfim, os órgãos da Imprensa Mato-grossense que muito bem reportam o que acontece nos meios políticos, tanto da Assembléia Legislativa como da Câmara Municipal.

“Onde há fumaça, há fogo”, nobre Deputado. Não devemos aqui querer esconder o que acontece com o DMD-Associados, com *A Gazeta*, com o *Diário de Cuiabá*, com o *Estado de Mato Grosso*, enfim, com o Grupo Futurista. Nós temos que reportar tudo aquilo que aconteceu dentro do Governo, certo ou errado. Vamos votar favorável ao seu Requerimento. Espero que V. Ex^a atenda a nossa solicitação.

O SR. JOSÉ LACERDA - Deputado Roberto Nunes, V. Ex^a sabe que eu não estou encaminhando para que votem contrário a essa solicitação. Eu sugeri ao Deputado Chico Daltro que, como ele representa uma Bancada, é um Deputado que tem acesso ao Governo, solicitasse, ao invés do Requerimento, os contratos e tivesse a mesma informação por um caminho muito mais rápido e mais fácil, que é ir até à SECOM e pegar a cópia do contrato, assim ele estaria com esse contrato em mãos, sem nenhuma necessidade de ser aprovado este Requerimento.

Mas, Deputado, como o Deputado Chico Daltro não retira a solicitação, nós vamos votar o Requerimento sem nenhuma dificuldade, porque o Governo do Estado, Dante de Oliveira, não tem o que esconder. E eu gostaria que V. Ex^a tivesse clareza de que o Governador também não está querendo nenhum conflito com o Bloco, muito pelo contrário, o que se busca é a unidade da Frente, a manutenção da Frente para que se tenha, exatamente... E não são questões externas que irão criar entre nós problemas maiores...

O Sr. Chico Daltro - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ LACERDA - Perfeito, nobre Deputado Chico Daltro.

O Sr. Chico Daltro - Eu quero assegurar ao Deputado José Lacerda que eu tenho essa clareza de que o Governador externou que não quer confronto com o Bloco Democracia. Mas, esse tipo de apuração é para que ele, talvez, não contasse que toda a equipe dele pensa como ele, de não querer confronto - a equipe administrativa e a equipe política.

Gostaria de aproveitar este aparte, Deputado José Lacerda, para colocar que, no que cabe a mim, o comentário feito nesta tribuna, de ser sindicalista e estar representando uma categoria, quero dizer que estou em todos os anos, em todas as lutas, em todas as greves. Ontem, nem anteontem, não havia definição de entrar em pauta e nem ontem de manhã a CPI do BEMAT. Eu não tinha essa informação de que ela iria entrar. Tive que me ausentar da Sessão, embora o meu voto aqui não fosse mudar o resultado, mas gostaria muito de ter votado com os Deputados que votaram pelo encaminhamento. Mas, pessoalmente, vou encaminhar esse Relatório da CPI ao Ministério Público, porque, às vezes, até votar aqui e não tomar uma atitude complementar, aparece bem aqui, mas no bastidor a coisa não anda.

Então, eu quero me somar à expressão da Deputada Serys de encaminhar ao Ministério Público. Eu também faço parte, em conjunto ou cada um por si. Mas, vamos encaminhar ao Ministério Público o Relatório da CPI do BEMAT. E, com certeza, se eu soubesse que entraria na votação ontem, mesmo sacrificando necessidades, que eu entendi maiores do que uma Sessão, naquele momento, eu me sacrificaria para estar votando aqui, embora não mudasse o resultado. Mas, representar uma categoria é estar aqui ou em todas as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

lutas e não apenas em gabinetes ou, conforme determinados momentos, apresentar uma votação que não corresponde à atuação na rua.

O SR. JOSÉ LACERDA - Eu gostaria de agradecer os apartes, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado José Riva, ao Presidente da FECOMÉRCIO, Jamil Boutros Nadaf, pela instituição do Projeto “SESC PANTANAL”.

Em discussão a Moção de Congratulação. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Roberto Nunes, aos familiares do saudoso Senador da República, Darcy Ribeiro, falecido no último dia 18 de fevereiro de 1997.

Em discussão a Moção de Pesar. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Roberto Nunes, aos familiares do saudoso Edgar França Filho, falecido no último dia 12 de fevereiro de 1997.

Em discussão a Moção de Pesar. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulação, de autoria do Deputado José Riva, à Associação Comercial de Cuiabá, pela instituição da brilhante campanha “Cuiabá conta com você! Cuiabá é mais você!”

Em discussão a Moção de Congratulação. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informações, de autoria da Deputada Serys Silhessarenko, solicitando que sejam fornecidas ao Poder Legislativo informações sobre os leilões de Letras Financeiras do Tesouro Estadual (LFTes), realizados pela mesa de operações do BEMAT, na Vila Buarque, em São Paulo.

Em discussão o Requerimento...

O Sr. José Lacerda - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado José Lacerda...

Antes, porém, queremos registrar, com satisfação, a presença nesta Casa dos vereadores José Lízio-PDT, de Arenápolis; Moisés, de Tangará da Serra; Edmilson Escarpante-PDT, de Santo Afonso, do Presidente da Câmara de Santo Afonso, Sr. Quicas; e também do Vice-Prefeito de Nortelândia.

Informamos ao nobre Deputado José Lacerda que dispõe de 40 minutos para a discussão da matéria.

(NESTE MOMENTO, O DEPUTADO JOSÉ LACERDA DEIXA O PLENÁRIO)

O Sr. Benedito Pinto - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. BENEDITO PINTO - O Deputado solicita a V. Ex^a que suspenda a Sessão por três minutos, apenas para que ele acabe de atender um telefonema urgente e discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE - Nós vamos proceder à inversão de Pauta e vamos dar continuidade ao processo de votação.

O SR. BENEDITO PINTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Exm^o Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso, Dival Pinto Martins, e ao Comandante da Polícia Rodoviária Estadual, Ten. Cel. Jorge Roberto Ferreira da Cruz, pela orientação aos seus comandados por ocasião do Carnaval.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, endereçada ao Exm^o Ten. Jorge Roberto Ferreira da Cruz, pelo brilhante trabalho no trânsito da cidade de Cuiabá, por ocasião do Carnaval.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, endereçada ao Presidente da Associação Comercial de Cuiabá, Pedro Jamil Nadaff, em comemoração à passagem de aniversário de criação desta entidade.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, endereçada à Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá, em comemoração à passagem de mais um aniversário de criação desse importante Hospital.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Retorna à discussão o Requerimento de Informações, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, solicitando que sejam fornecidas ao Poder Legislativo informações sobre os leilões de Letras Financeiras do Tesouro Estadual (LFTEs), realizados pela mesa de operações do BEMAT, na Vila Buarque, em São Paulo.

Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, endereçada ao Presidente de Sindicato de hotéis, bares, restaurantes e similares, Sr. Jorge Fagundes, pela passagem do dia do hoteleiro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Paulo Moura, endereçada ao Pe. Rafael Schlichman, Pároco da Paróquia Nossa Senhora de Santana, em Chapada dos Guimarães, pelo seu trabalho evangélico à frente dessa comunidade.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Paulo Moura, solicitando convocação de uma Audiência Pública para discutir o Orçamento, para o dia...

Encaminhamos o presente Requerimento à Comissão de Constituição e Justiça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso, Sr. Carlos Antônio de Borges Garcia, pela passagem, no dia 25 de novembro, do vigésimo aniversário de criação dessa importante entidade.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, à Televisão A GAZETA, pela passagem, no dia 26 de novembro, de mais um aniversário de criação desta importante emissora, que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento de nosso Estado.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Louvor, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, aos Drs. José Reinaldo Coutinho e Flávio Mello, responsáveis no Hospital Universitário Júlio Müller, em nossa Capital, pelo atendimento ambulatorial através do SUS - Sistema Único de Saúde, às pessoas acometidas por manifestações crônicas de dor.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à jovem atleta Adaircer Castanhetti, da Academia Shotokan.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença do Vereador Juca Lemos, do PT, de Rondonópolis.

Moção de Aplauso, de autoria do Deputado Roberto Nunes, à Televisão A GAZETA, pela passagem do seu 3º aniversário.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, aos jovens atletas Rodrigo Lúcio de Souza e Zilda Aparecida Lúcio - da Academia Shotokan.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Exmº Sr. Jonas Pinheiro e família, pelo falecimento de sua mãe.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Paulo Moura, à família de Hilário José de Souza, pelo seu falecimento.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Mato Grosso - Dr. José Antônio de Ávila, pela sua eleição como vice-Presidente, Secretário da Confederação Nacional da Agricultura.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Louvor, de autoria do Deputado André Bringsken, à Reitoria da UNIC, União das Escolas Superiores de Cuiabá, pelo programa de atendimento à população

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

carente deste Estado, na área da saúde, assistência judiciária e bolsas de estudo com os serviços de odontologia, fisioterapia, psicologia, farmácia bioquímica e assistência Jurídica.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Louvor, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Exm^o Conselheiro Oscar Ribeiro da Costa, DD. Presidente do Tribunal de Contas, pela posse da Presidência do Tribunal de Contas.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, autoria do Deputado Humberto Bosaipo, aos Jornalistas Carlos Eduardo Dorileo Carvalho e Diécio Moreira, respectivamente Superintendente do Grupo Gazeta de Comunicação e Diretor-Geral da TV Gazeta, pela assinatura do contrato TV DIGITAL VIA SATÉLITE, entre essa conceituada empresa de comunicações e a EMBRATEL.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Sr. Dorileo Leal, Superintendente do Grupo Gazeta de Comunicação, pela comemoração do 3^o aniversário da TV Gazeta.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, aos jovens atletas Rodrigo Lúcio de Souza e Vilda Aparecida Lúcio, pela conquista da Medalha de Prata na categoria Embu Misto, durante o 8^o Campeonato Mundial de Karatê Tradicional, pelos atletas de Mato Grosso, ocorrido no dia 24 do corrente mês.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, ao Sr. José Antônio de Ávila, Presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso - FAMATO, pela sua recente eleição para vice-presidente da Secretaria da Confederação Nacional da Agricultura - CNA.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, à família do Sr. Fleury Belém, pelo seu falecimento ocorrido recentemente, foi Vereador da Câmara Municipal de Barra do garças de 1948 a 1951.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Eliene, à Prof^a Ilma Ferreira Machado, pela reitoria da UNEMAT, onde obteve 65% dos votos.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Eliene, à família do Sr. Tadeu de Souza, e ao Rotaract-Bosque, pelo seu falecimento ocorrido em 13.02.97.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Eliene, à família da Sr^a Joana Ferreira Daltro, pelo seu falecimento ocorrido em 16.02.97.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Eliene, à família do Sr. Hilderico Martins Borges Filho, pelo seu falecimento ocorrido em 06.02.97.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Paulo Moura, à Sociedade Pestalozzi de Cuiabá, pela realização do VIII Congresso Nacional da Federação das Sociedades Pestalozzi.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente da Associação de supermercados de Mato Grosso, Sr. José Duarte, pela passagem no dia 11 de novembro do Dia do Supermercado.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, ao Presidente do Conselho Regional Centro Oeste II do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de aprendizagem do Transporte - SENAT, João de Campos Palma, pela passagem dos dois anos de implantação do SEST/SENAT no Estado de Mato Grosso.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Paulo Moura, à Prof^a Ilma Ferreira Machado, por sua eleição como nova Reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Moisés Feltrin, à TV Gazeta, pela passagem do 3º ano de existência.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, ao Sr. Valter Albano da Silva, Secretário de Estado de Fazenda, solicitando informações e cópias dos Relatórios Mensais SIA/729, arrecadação do período de janeiro a outubro/96; SIA/815, relativo despesa por unidade orçamentária janeiro a outubro/96 e o acumulado do mesmo período; SIA/817, relativo a natureza da despesa total do Estado de Mato Grosso do período de janeiro a outubro/96.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Sr. Antero Paes de Barros, Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre o Orçamento Anual destinado ao Escritório de Representação do Estado de Mato Grosso - ERMAT/BRASÍLIA, no ano de 1995, 1996, 1997 e a situação do imóvel onde funciona o ERMAT, sede própria ou alugada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Jorge Abreu, ao Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT, solicitando informações sobre a programação para a implantação da rede de distribuição de água na sede de Santa Helena, Município de Itaúba, se não existe programação, qual a possibilidade de ser implantada.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado José Riva, ao Secretário de Estado de Planejamento, solicitando informações sobre as ações do Poder Executivo no ano em curso que atenderam as demandas sociais na área de saúde, educação, segurança e meio ambiente.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado José Riva, ao Ilm^o Sr. Diretor-Presidente do BEMAT, solicitando informações sobre o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural-PROVAP.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado José Riva, ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Saúde, solicitando informações referentes ao fechamento do Hospital Regional de Colíder, desde 12/12/96.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado José Riva, ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Administração, solicitando informações para o não atendimento ao que dispõe a Lei n^o 6.528, de 15/09/94.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Convocação, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, solicitando a convocação dos Ilm^{os} Srs. Vítor Cândia e José Carlos Novelli, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor de Operações do DVOP, a fim de pronunciarem quanto as ações e recursos do Estado destinados à recuperação e conservação da malha rodoviária estadual.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Exm^o Sr. Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Edson Garcia, solicitando informações sobre os Convênios firmados pelos Órgãos da Administração Direta inclusos na Mensagem 030/96.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Ricarte de Freitas, ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Ilm^o Sr. Diretor-Presidente da CEMAT, solicitando informações referente à notícia que veiculou sob o título “Governo Vende Ações de Forma Irregular”, no *Diário de Cuiabá*.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de Informação, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, ao Ilm^o Sr. Diretor- Presidente da SANEMAT, solicitando sejam enviadas informações sobre os cálculos e cobranças de tarifas, a municipalização, investimentos e outros.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

A Presidência vai suspender a presente Sessão por um período de uma hora...

O Sr. Humberto Bosaipo - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ... E quero informar que o nobre Deputado Luiz Soares se encontra em reunião com a equipe econômica do Governo, e com o próprio Governador, no Palácio Paiaguás, e nos solicitou que fosse suspensa a Sessão para, em seguida, com a sua chegada, discutirmos a peça orçamentária.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu gostaria de insistir na tese de que V. Ex^a está bem encaminhado nesse sentido, mas que apressasse a votação desses projetos que estão parados. É extremamente importante para nós.

E insisto, Sr. Presidente, na segunda tese de que V. Ex^a, como Presidente do Colégio de Líderes, e faço aqui um apelo a todos os Líderes Partidários, para que fiquemos aqui em Sessão permanente até votarmos o Orçamento do Estado. Há uma necessidade extrema de votarmos esse Orçamento. A sociedade civil está nos cobrando, os outros Poderes também. V. Ex^a já manifestou, extra-oficialmente, que também tem interesse nessa posição. V. Ex^a defendeu isso no Colégio de Líderes.

Um outro aspecto, Sr. Presidente, é em relação ao Deputado Gilmar Fabris. Houve uma certa dúvida, e o Líder, Deputado Moisés Feltrin, autorizou-me a falar isto: o Deputado Gilmar Fabris e o Deputado Humberto Bosaipo são os representantes da Bancada da União por Mato Grosso na Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - Queremos informar ao Deputado Humberto Bosaipo, que nos questionou antes, que ficamos de marcar a reunião com o Colégio de Líderes, e é o que faremos neste momento. Agora, poderemos, também, até o horário regimental para término da Sessão apreciar os Projetos. A Reunião do Colégio de Líderes fica marcada para as 12:00 horas, assim já discutiríamos a questão Orçamentária. E a Mesa Diretora não tem nada contra, pelo contrário, permaneceremos aqui, pelo menos até se definir a tramitação Orçamentária e a sua aprovação.

Em discussão única, Projeto de Resolução n^o 26/95, que institui o Código de Ética Parlamentar e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 307/95, de autoria do Deputado José Lacerda, que autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto de Pesquisas de Plantas Medicinais, Biodiversidade, Patrimônio Genético no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Art. 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Art. 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Art. 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Art. 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Art. 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 314/95, de autoria do Deputado Gilmar Fabris, que denomina a “Aurino Feltrin” o contorno Rodoviário de Rondonópolis e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

“Aprova o Balancete Financeiro Relativo ao mês de janeiro de 1996 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 1º Fica aprovado o Balancete Financeiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, relativo ao mês de janeiro de 1996.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 68/96, de autoria do Deputado José Riva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação psicológica nos concursos públicos do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

“Aprova o Balancete Financeiro Relativo ao mês de janeiro de 1995, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 1º Fica aprovado o Balancete Financeiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, relativo ao mês de janeiro de 1995.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 203/95, de autoria do Deputado José Lacerda, que institui obrigatoriedade do ensino da Língua Espanhola nas escolas de 2º grau, da rede pública e privada do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 3º (LIDO) - Em discussão o Art. 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

“Aprova o Balancete do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, referente ao mês de fevereiro de 1996.

Art. 1º Fica aprovado o Balancete Financeiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, referente ao mês de fevereiro de 1996.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Em 1ª discussão, Projeto de Decreto Legislativo nº 193/96, de autoria do Deputado Amador Tut, que autoriza o Poder Estadual a ceder espaços nas rodovias estaduais, tanto na vertical quanto na horizontal para fins de comercialização de propagandas e anúncios. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 197/96, de autoria do Deputado Rene Barbour, que dispõe sobre os encargos de energia elétrica em realização de feiras e exposições agropecuárias e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 02/96, de autoria do Deputado José Riva, que estabelece diretrizes para a concessão de porte de arma no Estado de Mato Grosso...

Esta Presidência solicita à Consultoria Técnico-Jurídica que retira da Pauta esse Projeto, uma vez que uma Lei nacional já estabeleceu novas diretrizes para a concessão de porte de arma. Esse Projeto é de nossa autoria e se encontra em tramitação desde 12 de março de 1996.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 137/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que modifica disposições do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso, Lei nº 4.964 de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelas Leis nºs 8.182, de 30 de dezembro de 1992, e 6.487, de 22 de junho de 1994. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 140/96, de autoria do Deputado José Riva, que dispõe sobre o financiamento de ligação de água, esgoto e energia elétrica para as habitações populares no Estado de Mato Grosso. Com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição e arquivamento do Projeto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 155/96, de autoria do Deputado José Riva, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer Convênios com as Prefeituras Municipais de Alta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Floresta, Juara e Juína, para a implantação do Sistema de Reciclagem e Compostagem do lixo urbano. Com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição e arquivamento do Projeto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 190/96, de autoria da Deputada Serys Shlessarenko, que dispõe sobre a proteção da mulher servidora pública contra ao assédio sexual na administração pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição e arquivamento do Projeto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 129/96, de autoria do Deputado Wilson Santos, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas que empregarem deficientes físicos e/ou excepcionais e dá outras providências. Com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição e arquivamento do Projeto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 100/96, de autoria da Deputada Serys Shlessarenko, que autoriza o Estado de Mato Grosso a celebrar convênio com o Distrito Federal para realizar exame de DNA no laboratório da Polícia Civil do Distrito Federal para instruir processo de reconhecimento de paternidade e maternidade no Estado de Mato Grosso. Com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição e arquivamento do Projeto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 252/96, de autoria do Deputado José Riva, que denomina a MT-220 de “Guilherme Meyer”. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 003/96, de autoria do Deputado Wilson Santos, que altera a Lei nº 6.237, de 02.07.93, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e Seguridade Social.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Art. 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO) - Em discussão o Art. 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 055/96, de autoria do Deputado José Riva, que autoriza o Governo do Estado a desapropriar para fins de regularização judiciária a área denominada Fazendas Paulistas Reunidas, no Município de Nova Mutum. Com Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição e arquivamento do Projeto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 272/95, de autoria do Deputado Moisés Feltrin, que estende-se as pessoas portadora de doenças físicas e mental crônicas e inaptas para o trabalho os direitos de usufruírem dos benefícios do IPEMAT. Com Parecer favorável de Comissão de Educação, Cultura e Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 259/95, de autoria do Deputado Wilson Santos, que institui o ensino de filosofia nas escolas de 2ª grau e dá outras providências. Com favorável Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Art. 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO) - Em discussão o Art. 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO) - Em discussão o Art. 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 231/95, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe sobre o ensino para deficientes auditivos e mental ou sensorial.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Art. 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado.

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontra (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 182/95, de autoria do Deputado Jorge Abreu, que autoriza o Governo do Estado a criar e instalar um Distrito Policial no bairro São Cristóvão, no Município de Sinop. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 1º (LIDO) - Em discussão o Art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Artigo 2º (LIDO) - Em discussão o Art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 57/96, de autoria do Deputado José Lacerda, que torna obrigatório o atendimento prioritário nas repartições públicas do Estado, às pessoas que menciona. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 195/95, de autoria do Deputado Paulo Moura, que dispõe sobre o apoio e assistência às pessoas portadoras de necessidades especiais, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social ao Substitutivo Integral de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, vazado nos seguintes termos:

**Dispõe sobre o apoio e assistência às
pessoas portadoras de necessidades
especiais e dá outras providências.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a reabilitação e assistência integral à pessoa portadora de deficiência e/ou doença mental.

Art. 2º Considera-se, para os efeitos desta lei:

I - deficiente, a pessoa portadora de desvantagem e/ou incapacidade física, sensorial, emocional, social ou múltipla;

II - doente mental, a pessoa assim declarada por diagnóstico de especialistas das áreas médica e psicológica.

Art. 3º A pessoa portadora de deficiência e/ou doença mental, goza de todos os direitos inerentes à pessoa humana, sendo-se-lhe assegurado tratamento especializado e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

continuado, a fim de manter e recuperar a integridade física e psíquica, a identidade e a dignidade, a vida familiar, comunitária e profissional.

Art. 4º A política Estadual de apoio, reabilitação e assistência integral à pessoa de que trata esta lei, tem como fim precípua o bem comum, os direitos individuais e coletivos, e a condição peculiar dos indivíduos assim considerados, compreendendo os seguintes objetivos:

I - a conscientização da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidade da pessoa portadora de deficiência;

II - a redução do índice de deficiência através de medidas preventivas;

III - a reabilitação clínica e profissional;

IV - garantia de educação especial em todos os níveis e graus do ensino escolar;

V - a orientação vocacional e profissional, treinamento e acesso ao mercado de trabalho;

VI - garantia de acesso a edifícios e logradouros públicos;

VII - o ajustamento psicossocial;

VIII - o intercâmbio nacional e internacional visando assegurar acesso a novas terapias e tratamentos, além de técnicas e assistência adequadas.

Art. 5º O Poder Executivo fica autorizado a criar, estruturar e organizar:

I - a Coordenadoria de Apoio e Assistência à pessoa portadora de deficiência;

II - Centros Regionais de apoio e assistência à pessoa portadora de deficiência;

III - Escolas e Cursos Especializados e de Especialização destinados exclusivamente à pessoa portadora de deficiência;

§ 1º - A convocação e a lotação de servidor público do quadro do magistério estadual, para prestação de serviço em estabelecimentos ou cursos de ensino especializado, fica condicionados à prova de habilitação específica.

§ 2º - É vedada a convocação ou a lotação de professor e/ou especialista em educação que não tenha habilitação profissional especializada em escolas e cursos especializados ou em classes especiais de estabelecimentos de ensino regular.

§ 3º - É permitida a admissão por órgão da administração pública direta e indireta de pessoa portadora de deficiência na condição de aprendiz ou estagiário, sob a forma de contrato de aprendizagem ou estágio.

Art. 6º O Estado de Mato Grosso e os municípios, de acordo com os princípios das Constituições Federal e Estadual, que estabelecem os direitos individuais, coletivos e sociais, garantirão e implementarão, nas órbitas de sua competência, a prevenção, o tratamento, a reabilitação e a inserção social plena das pessoas portadoras de deficiência e doença mental, sem discriminação de qualquer espécie, que impeça ou dificulte o usufruto desses direitos.

Art. 7º Os poderes públicos estadual e municipal, no controle e execução dos serviços públicos de saúde, deverão atuar solidariamente na reinserção social e profissional das pessoas portadoras de deficiência e doença mental internados para tratamento, tomando as providências cabíveis nas hipóteses de abandono, isolamento ou marginalização.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 8º O Poder Público adotará políticas sociais interdisciplinares, visando propiciar a desinstitucionalização, de maneira gradativa e a critério médico, a partir da publicação desta lei, de todos os pacientes referidos no artigo anterior, por meio, sem exclusão de outros, de:

- I - reinserção na família de origem;
- II - centros de convivência e de referência em saúde mental aos portadores de doença mental, bem como serviços especializados em regime de hospital-dia e hospital-noite;
- III - inserção no processo educacional do sistema de ensino;
- IV - facilitação da inserção no processo produtivo formal ou cooperativo, vetando a discriminação ou desvalorização do trabalho;
- V - programas estatais especiais ou programas privados no setor industrial, comercial ou de serviço e agropecuário, inclusive assentamento em terras públicas;
- VI - adoção por família que demonstre interesse e tenha condições efetivas de tornar-se família substituta;
- VII - assistência social, econômica e jurídica plena, bem como atenção integral à saúde;

Parágrafo único As políticas interdisciplinares deverão criar condições para propiciarem autonomia social, econômica, política e jurídica aos portadores de deficiência ou doença mental.

Art. 9º A implantação da política de apoio, assistência, reabilitação e reintegração dos portadores de deficiência ou doença mental, que trata esta lei, dar-se-á por meio de reordenação progressiva dos investimentos financeiros orçamentários e programáticos utilizados para manutenção da assistência à saúde pública.

Art. 10 É dever do Poder Público identificar e controlar as condições ambientais e organizacionais relacionadas com a ocorrência de doenças, notadamente as de caráter mental, especialmente com ações de vigilância sanitária e epidemiológica.

Art. 11 O Estado de Mato Grosso deverá formular Plano de Apoio às pessoas portadoras de deficiência e doença mental, destinado a integrar e sistematizar as políticas, programas e ações governamentais, e reunir os recursos econômicos e financeiros, tecnológicos e humanos usados para esse fim.

§ 1º - O plano referido no “caput” deste artigo será quadrienal e conterà, no mínimo:

- I - avaliação e caracterização da situação socio-econômica, cultural e profissional das pessoas portadoras de deficiência ou doença mental;
- II - objetivos, diretrizes e metas de ação governamental para o período respectivo;
- III - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeiro, administrativo, cultural e tecnologia que se interpõe à consecução dos objetivos e das metas propostas;
- IV - estratégias e táticas para superação dos obstáculos identificados;
- V - caracterização e qualificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas;
- VI - cronograma das ações formuladas;
- VII - definição dos recursos financeiros, de suas fontes e do cronograma de aplicação;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

§ 2º - O Plano Estadual de apoio às pessoas portadoras de deficiência ou doença mental será atualizado anualmente, com vista à avaliação dos programas previstos e à proposição de eventuais ajustes.

§ 3º - O Plano Estadual referido neste artigo será elaborado em consonância com o Plano Plurianual de ação governamental.

§ 4º - Os recursos para elaboração e execução do Plano de Apoio às pessoas portadora de deficiência ou doença mental serão consignados em dotações específicas no orçamento do Estado.

§ 5º - O Projeto de Lei que institui o Plano de Apoio referido neste artigo será encaminhado a Assembléia Legislativa, em 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 12 Esta lei se aplica, no que couber, aos estabelecimentos privados, bem como aos profissionais que exerçam atividades autônomas ligadas a tratamento de pessoas portadoras de deficiência ou doença mental, ou àqueles que, de alguma forma, estejam relacionados à sua prevenção e/ou tratamento ou reabilitação.

Art. 13 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Em discussão o Parecer favorável ao Substitutivo Integral. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 152/95, de autoria do Deputado Pedro Satélite, que concede isenção do ICMS às Prefeituras Municipais na aquisição de máquinas, veículos e equipamentos destinados à implantação e conservação de rodovias. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO) - Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO) - Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 135/95, de autoria do Deputado Wilson Santos, que institui o Fundo de Reserva de Bombeiros Militar - FREBOM e dá outras providências. Com Parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO) - Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO) - Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO) - Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO) - Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 8º (LIDO) - Em discussão o Artigo 8º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 9º (LIDO) - Em discussão o Artigo 9º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 10 (LIDO) - Em discussão o Artigo 10. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 11 (LIDO) - Em discussão o Artigo 11. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 12 (LIDO) - Em discussão o Artigo 12. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 13 (LIDO) - Em discussão o Artigo 13. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 14 (LIDO) - Em discussão o Artigo 14. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 15 (LIDO) - Em discussão o Artigo 15. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 16 (LIDO) - Em discussão o Artigo 16. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 133/95, de autoria do Deputado Nico Baracat, que altera dispositivo da Lei nº 6.375 de 15/12/93. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 1º (LIDO) - Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO) - Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO) - Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofridos emendas, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Decreto Legislativo nº 09/95, de autoria do Deputado Paulo Moura, que autoriza o Poder Executivo Estadual a criar e instalar uma Escola Agrotécnica na Agrovila da área ocupada pelo Presídio de Palmeiras, no Município de Santo Antônio de Leverger. Com Parecer Contrário da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) Aprovado o Parecer contrário. Vai ao Arquivo.

Em discussão única, Projeto de Lei nº 08/95, de autoria do Deputado José Riva, declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Consumidores em Aripuanã. Com o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Decreto Legislativo nº 100/96, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que autoriza o Estado de Mato Grosso a celebrar convênio com o Distrito Federal para realizar exame de DNA, no Laboratório da Polícia Civil do Distrito Federal, para instruir processo de reconhecimento de paternidade e maternidade, em Mato Grosso...

Nós solicitamos informações à Consultoria Técnica Jurídica da Mesa, se um projeto ou um decreto que foi apreciado há poucos instantes....(PAUSA)

Informamos que a presente matéria encontra-se prejudicada e a Deputada Serys Slhessarenko solicita a sua retirada da Pauta.

Encerrada a Ordem do Dia...

A Srª Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, apenas para registrar e dizer que nós nos pronunciaremos em outro momento, porque hoje não é possível, não há espaço. Eu saí para conversar com um sindicalista que me chamou, há alguns instantes, e tivemos, às vésperas do Dia Internacional da Mulher, rejeitado o Projeto de Lei que dispõe sobre a proteção da mulher, ou seja, do assédio sexual.

Nos pronunciaremos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos usar da palavra, apenas para falar sobre a notícia que temos, não oficial, por sinal, também - e nós não tivemos condições de checá-las - porque nós tivemos a informação ontem à tarde, de que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1997, ÀS 08:00 HORAS.

está havendo uma auditoria na COHAB-Companhia Habitacional do Estado de Mato Grosso e com possíveis problemas de rombo financeiro na Tesouraria...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Só para informar ao nobre Deputado, que dispõe de 08 minutos para fazer uso da palavra, uma vez que a Sessão se encerra ao meio-dia.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Será o suficiente, Sr. Presidente.

Então, nós recebemos uma informação de que está havendo uma auditoria na COHAB, inclusive nós não entendemos bem se é por parte de Banco, obtivemos a informação e nós estaremos entrando com um Requerimento na próxima Sessão, se houver hoje ou amanhã, ou até mesmo na segunda-feira, mesmo, em Sessão Extraordinária, sei que sempre há oportunidade para que os Deputados apresentem matérias e nós estaremos entrando com um Requerimento, solicitando informações nesse sentido.

A notícia que se tem - eu não poderia fazer uma denúncia, porque só se deve fazer denúncia quando se tem prova - mas temos a informação e acho por bem, como membro do Poder Legislativo, estamos aqui já avisando que nós estaremos entrando com um Requerimento a fim de solicitar informações do que está se passando lá na Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso, relacionado com essa auditoria e os possíveis desfalques que me foram passados ontem.

Portanto, era apenas essa notificação, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Registramos, com satisfação, a presença na Casa do Presidente do PDT de São José do Povo.

Antes de encerrar a presente Sessão, queremos convocar os Srs. Deputados para uma Sessão Extraordinária, às 14:00 horas, para darmos início à apreciação da peça Orçamentária.

Convocamos também os membros do Bloco Parlamentar Democracia, para uma reunião no gabinete do Deputado Jorge Abreu, a pedido do Deputado Chico Daltro, dentro de 05 minutos.

Compareceram à Sessão os seguintes Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut e Gilmar Fabris; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - José Lacerda e Batico de Barros; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Quinca dos Santos; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Luiz Soares e Ricarte de Freitas; da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Wilson Santos; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Shessarenko; da Bancada do Bloco Parlamentar Democracia - Benedito Pinto (PSC), Eliene (PSB), Nico Baracat (PMDB), Chico Daltro (PDT), Jorge Abreu (PMN), José Riva (PMN), Manoel do Presidente (PDT), Pedro Satélite (PMDB) e Zilda (PDT); Sem Filiação Partidária - Roberto Nunes.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Romoaldo Júnior, do PFL; e Paulo Moura, do PPB.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisado por Regina Céli